



# GUARDIÕES DA FLORESTA

Povos tradicionais resistem à devastação ambiental



Padre Júlio Lancellotti, da Pastoral do Povo de Rua de São Paulo, distribui refeições às pessoas em situação de rua no Centro da capital paulista, na região da Cracolândia. Segundo ele, uma "crise humanitária" criou "refugiados urbanos" — "marginalizados, descartados, excluídos" da cidade.

# RADIS

edição 227 ■ agosto 2021

CAPA: FOTO DE KAMIKIA KISÉDJÉ

## EDITORIAL

**3** A boiada avança sem pedir licença

**4** VOZ DO LEITOR

**5** SÚMULA

## CAPA | MEIO AMBIENTE

**10** Povos contra a devastação

**12** "A Amazônia pede socorro"

**14** "Estamos de frente a uma ofensiva"

**16** "De cara com as chamas"

**18** Agenda da devastação

**20** Meio ambiente: inimigos declarados

## ENTREVISTA

**22** Anselmo Luís dos Santos: "SUS reduz desigualdade na distribuição de Profissionais de Saúde"

## DOENÇAS NEGLIGENCIADAS

**23** Contaminação em ciclo

## SANITARISTAS

**26** Juliano Moreira, um homem à frente de seu tempo

**34** SERVIÇO

## PÓS-TUDO

**35** Comunicação, Aids e Covid-19: pontos em comum e lições aprendidas

# A BOIADA AVANÇA SEM PEDIR LICENÇA

A política antiambiental que vem sendo implementada no Brasil nos últimos anos, responsável pelo aumento de mais de 51% do desmatamento da Amazônia no período de 12 meses e pela degradação do cerrado, onde mais de 80% da vegetação nativa foi afetada pela plantação da soja, já põe em risco não só os biomas, mas também os povos tradicionais. A boiada (expressão consagrada em uma reunião ministerial) continua avançando graças ao desmonte da legislação de proteção ambiental, que fragiliza o monitoramento e a análise de impactos ambientais, por técnicos do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação).

Projetos que dispensam o licenciamento de atividades com impacto ambiental, criam novo marco legal e promovem regularização fundiária com brechas para legalizar as invasões de terras públicas aguardam votação. Se aprovados, irão favorecer grileiros, garimpeiros, desmatadores, biopiratas, contrabandistas de madeira e outros que se unem agora no crime ambiental organizado, afetando gravemente populações ribeirinhas e indígenas, principalmente as que vivem isoladas, que sem memória imunológica estarão a mercê de todo tipo de doenças e correrão enorme risco de desaparecer.

As alterações climáticas, consequência direta de todas as agressões praticadas contra a mãe Terra, que provocaram enchentes, ondas de calor e incêndios em muitos países da Europa e em parte dos Estados Unidos, levaram autoridades europeias e americanas a advertir o mundo para os efeitos dessas mudanças e para o comprometimento com a luta contra o aquecimento global para impedir tragédias globais. Enquanto isso, no Brasil, nossas lideranças parecem caminhar em direção contrária, ignorando os efeitos da mais grave crise hídrica que o país passa em quase um século, consequência dos distúrbios provocados pelo aquecimento global, e que pode resultar em um apagão elétrico de imediato, o que colocará em risco o ritmo de retomada econômica do país, no momento em que o pós pandemia precisará

ser um tempo de prosperidade e não de caos.

Para falar sobre a esquistossomose, Radis ouviu especialistas que conhecem bem o ciclo da doença considerada a segunda doença parasitária mais devastadora socioeconomicamente do mundo, que contribui para a manutenção do quadro de desigualdade e exclusão social. Também conhecida como barriga-d'água, é uma doença da pobreza que persiste no Brasil sem água tratada e sem saneamento básico. Atinge os mais vulneráveis que convivem com esgotos a céu aberto e precárias condições de higiene.

As medidas preventivas para essa moléstia são bem conhecidas e implicam em soluções ambientais que não são prioritárias para quem governa cidades que abrigam as áreas mais pobres. A indústria farmacêutica tem pouco interesse em desenvolver métodos de diagnóstico mais eficazes e novos medicamentos para seu tratamento. A esquistossomose em sua fase mais avançada incapacita e até mata, assim como mantém milhares de brasileiros na invisibilidade, em um Brasil incapaz de enxergar as dores de seus filhos.

Em algumas cidades, Juliano Moreira é sinônimo de hospital que atende pacientes psiquiátricos.

Mas Juliano Moreira, para além de emprestar seu nome para muitas instituições psiquiátricas, foi um homem negro, médico, pesquisador e intelectual que, ocupando um lugar de poder por méritos próprios, implementou políticas públicas inovadoras no campo da psiquiatria.

Para falar de Juliano Moreira, o jornalista da Radis Adriano De Lavor ouviu dois pesquisadores que traçaram um perfil do homem que, nas palavras de um deles, “democratizou a estrutura que humanizou o manicômio no Brasil” e questionou teorias racistas, sob a luz da ciência. São duas entrevistas que fazem justiça a uma figura que trouxe grande contribuição não só para o campo da psiquiatria, como o da saúde no geral, mas que acima de tudo foi um “terapeuta do afeto”, como definiu o médico e romancista Afranio Peixoto (1876-1947).

Boa leitura!

“Projetos em análise podem favorecer grileiros, garimpeiros, desmatadores, biopiratas, contrabandistas de madeira e outros, afetando populações ribeirinhas e indígenas”

■ JUSTA HELENA FRANCO SUBCOORDENADORA DO PROGRAMA RADIS

SUA OPINIÃO

Para assinar, sugerir pautas e enviar a sua opinião, acesse um dos canais abaixo

E-mail [radis@ensp.fiocruz.br](mailto:radis@ensp.fiocruz.br) Tel. (21) 3882-9118 End. Av. Brasil, 4036, Sala 510 Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ CEP 21040-361



**AGRADECIMENTO**

Eu só tenho a agradecer pelo conteúdo, cuidado e excelente informação que a revista *Radis* pode oferecer. Meu coração se enche de felicidade em ter acesso a essa ferramenta incrível e que fomenta mais ainda a busca por conhecimento. Sou do interior do Pará e ela chega até a minha pessoa. Como não ficar feliz?

Clara Gabrielli Moura, Capitão Poço, PA

Vocês e a *Radis* são fundamentais em minha jornada de conhecimentos, estudos e construção humana. Gratidão!

Lírio Bahia, via Instagram



**RACISMO E VIOLÊNCIA POLICIAL**

Aos olhos da nossa sociedade racista, o corpo negro só é digno da morte. Por isso, temos de dar cada vez mais visibilidade a dados como esses [entrevista com Bruno Sousa, na *Radis* 226], para que sejam cada vez menores. Nós por nós sempre e sempre!

Líndi Sousa, via Instagram

**TRATAMENTO PRECOCE E CFM**

Estava esperando uma reportagem dessas [*Radis* 226]! Obrigada, *Radis*!

Ana Lucena, via Instagram

Parabéns para essa revista gigante, que nos fornece informação, com clareza e responsabilidade.

Mauba Tanha Ramos de Alencar, via Instagram

Mais uma edição com matérias de extrema relevância!

Larissa Sampaio, Nova Iguaçu, RJ

**A FOME É REAL**

É inadmissível uma situação dessa em pleno século 21. Até quando os brasileiros vão deixar que continuem roubando a vida das pessoas? O fato é que estamos diante de várias outras pandemias, e a pior delas é a “ambição” por algo que não é seu! Não é um simples político, é um líder que tem poder para mudar as coisas para melhor ou pior. E quem escolhe isso é o cidadão.

Larissa Santos, Bocaiúva, MG

**COVID E MORTES EVITÁVEIS**

As mortes, mesmo no dia de hoje, não estão sendo evitadas, pois o brasileiro não aceita fazer as medidas de proteção.

Goretti Brasil, via Instagram

**NISE DA SILVEIRA**

Inspiração para os nossos dias!

Deila Martins, via Instagram

**“O TÉDIO PRECISA SER OUVIDO”**

Sou suspeita para comentar, mas como não pontuar a importância de tudo o que foi trazido nessa entrevista [com Ana Maria Feijoo, na *Radis* 217]?

Juliana Ribeiro, Ji-Paraná, RO

**DOSES DE ESPERANÇA**

Meu nome é Patrícia Campagnol, sou cirurgiã-dentista da Prefeitura Municipal de Santa Maria, dentista do SUS com muito orgulho! Queria compartilhar um registro muito especial de hoje. Tivemos muitos aprendizados nesta pandemia. Para a classe odontológica foi um desafio. Nunca me imaginei fazendo exames com PCR e muito menos vacinando! Após capacitação, comecei a atuar como vacinadora nas ações contra a covid-19. E hoje vacinei meu namorado! Que emoção levar doses de esperança para quem amamos! Grande abraço! Viva o SUS!

Patrícia Campagnol, Santa Maria, RS

**EXPEDIENTE**

**RADIS**® é uma publicação impressa e digital da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa *Radis* de Comunicação e Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

**FIOCRUZ**

Nísia Trindade  
Presidente

**ENSP**

Marco Menezes  
Diretor

**PROGRAMA RADIS**

Rogério Lannes Rocha  
Coordenador e editor-chefe

Justa Helena Franco  
Subcoordenadora

**REDAÇÃO**

Luiz Felipe Stevanim  
Editor

Bruno Dominguez  
Subeditor

Reportagem  
Adriano De Lavor, Ana Cláudia Peres, Liseane Morosini; Moniqui Frazão (estágio supervisionado)

Arte  
Felipe Plauska

Documentação  
Eduardo de Oliveira (arte e fotografia)

Administração  
Fábio Lucas e Natalia Calzavara

**ASSINATURAS**

Assinatura grátis (sujeita a ampliação) Periodicidade mensal Impressão Edigráfica gráfica e editora Ltda Tiragem 124.600 exemplares

USO DA INFORMAÇÃO  
Textos podem ser reproduzidos, citada a fonte original.





Vacina contra covid-19 é aplicada no Sudão do Sul. Países de renda mais baixa aplicaram apenas 1,5 dose a cada 100 pessoas

BULLET CHO MAYAKUNICEF

## Europa fala em 3ª dose, África começa 1ª

Enquanto parte da Europa anuncia a aplicação de uma terceira dose da vacina contra a covid-19, os países mais pobres do mundo seguem enfrentando dificuldades para administrar a primeira. Os dados da iniquidade no acesso foram apresentados pelo diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, em 4 de agosto, na Suíça. Do total de 4 bilhões de doses distribuídas no mundo, mais de 80% foram para países de renda alta e média, que juntos representam menos da metade da população mundial. A Europa vacinou mais da metade de sua população e os Estados Unidos cerca de 70%, mas somente 5% dos habitantes da África receberam uma dose e 2% têm o esquema completo. Os países ricos administraram quase 100 doses por 100 habitantes; os países mais pobres, 1,5 dose por 100 habitantes.

Naquele dia, Tedros pediu moratória mundial para uma terceira dose, “ao menos até o final de setembro” (El País, 4/8), até que um mínimo de 10% da população de cada país esteja imunizada. Os Estados Unidos rejeitaram a proposta assim que foi divulgada. No dia seguinte, Alemanha e França confirmaram a intenção de aplicar reforço a partir de setembro às pessoas vulneráveis, e a Comissão Europeia se limitou a assinalar que a decisão sobre uma eventual terceira rodada de imunização cabe às autoridades nacionais (El País, 5/8). Isso mesmo a Agência Europeia de Medicamentos (EMA, na sigla em inglês) não tendo indicado ainda que uma dose extra seja realmente necessária: “As vacinas aprovadas até agora [Pfizer, Astrazeneca, Moderna e Janssen] oferecem um alto nível de proteção contra o risco de doença grave ou morte em consequência do vírus SARS-Cov-2, incluindo as variantes, como a delta”.

“Compreendo a preocupação de todos os governantes em proteger suas populações da variante delta, mas não podemos aceitar que os países que já utilizaram a maior parte do suprimento global de vacinas continuem utilizando-o ainda mais, enquanto as pessoas mais vulneráveis do mundo permanecem desprotegidas”, afirmou Tedros.

Em entrevista à Agência Fiocruz, o pesquisador do Centro de Relações Internacionais em Saúde (Cris/Fiocruz) para Assuntos sobre a África e para a Cooperação África & Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Augusto Paulo Silva, indicou que as dificuldades dos países africanos não se resumem à vacina: são necessários também recursos para a logística de uma campanha de imunização, o que envolve câmaras frias e mesmo geradores. Silva foi vice-ministro da Saúde de Guiné Bissau de 2009 a 2012 (leia a entrevista em [agencia.fiocruz.br](http://agencia.fiocruz.br)).

Em 29 de julho, a OMS informou que as entregas de vacinas para a África aumentaram naquele mês, após uma quase paralisação dos envios. Quase quatro milhões de doses de vacinas da iniciativa de doação Covax chegaram ao continente no final de julho, em comparação com apenas 245 mil em todo o mês anterior.

No total, quase 79 milhões de doses de vacina chegaram à África, mas apenas 21 milhões de pessoas — ou 1,6% da população africana — estavam totalmente vacinadas até então. Apesar da crise no fornecimento, sete países, incluindo Guiné Equatorial, Maurício, Marrocos e Seychelles, alcançaram taxas de vacinação significativamente acima da média continental.

“Considerando um esquema de duas doses, como é o caso da maioria das vacinas covid-19, são necessárias 820 milhões de doses para atingir a meta de vacinar totalmente 30% da população da África até o final deste ano”, explicou o diretor Regional da OMS para a África, Matshidiso Moetique, em uma coletiva de imprensa virtual com os Centros Africanos para Controle e Prevenção de Doenças.

Assim, a África ainda precisa de mais de 700 milhões de doses para atingir a meta. O mecanismo Covax estima entregar pelo menos 520 milhões de doses ao continente até o final do ano. Além disso, a União Africana anunciou recentemente planos para começar a distribuir 45 milhões de doses da Janssen.

## Covid-19 longe do fim

A pandemia volta a ganhar força com nova onda de infecções em países que relaxaram medidas de prevenção da covid-19. Um relatório do Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) dos Estados Unidos divulgado pela imprensa norte-americana (30/7) mostrou que a variante delta, uma mutação do coronavírus surgida na Índia, é transmitida mais rapidamente mesmo entre pessoas vacinadas. Além disso, ela pode causar quadros mais graves entre os não vacinados quando comparada a todas as outras variantes. O relatório registrou que a variante é mais transmissível do que os vírus que causam doenças como MERS, SARS, ebola, resfriado comum, gripe sazonal e varíola. Segundo matéria publicada no jornal O Estado de S. Paulo (4/8), a delta já respondia por 23% dos casos de covid na Grande São Paulo e 45% no Rio. A velocidade incomum de transmissão também foi notada no início de agosto no Rio Grande do Sul, quando a delta foi identificada em 15% dos casos sequenciados.

## Cidades com prefeitas: menos mortes e hospitalizações

Menos de 13% das prefeituras do Brasil são comandadas por mulheres e, mesmo assim, elas fizeram grande diferença na gestão da pandemia. Pesquisa realizada pela Insper, em parceria com a Universidade de São Paulo e a Universidade de Barcelona, e divulgada na Folha de S. Paulo (19/7), mostrou que as cidades administradas por prefeitas tiveram proporcionalmente quase 44% menos mortes e 30% menos internações decorrentes da covid-19. O estudo projetou que, se metade do país tivesse prefeitas, 75 mil vidas poderiam ter sido salvas, salientou o G1 (19/7). O site lembrou que, de modo geral, foram os municípios comandados por mulheres que adotaram com mais rigor medidas não farmacológicas de combate à pandemia, como uso de máscaras, obrigatoriedade de testes para entrada nas cidades e proibição de aglomeração.



## #VacinaMaré

A Fiocruz e a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro iniciaram em 29 de julho uma campanha de vacinação em massa contra a covid-19 em mais de 140 pontos da Maré, um conjunto de 17 favelas da Zona Norte do Rio de Janeiro. A campanha #VacinaMaré imunizou cerca de 36 mil moradores da comunidade com a primeira dose da Astrazeneca, superando a meta de imunizar 30 mil adultos jovens.

Uma pesquisa, em parceria com a ONG Redes da Maré, vai então mapear o impacto da vacinação em massa e da testagem em grande escala da população. O estudo na Maré também avaliará aspectos como a efetividade da vacina, medindo anticorpos e verificando a taxa de proteção direta conferida e a imunidade de coletiva (proteção indireta); a ocorrência de eventos adversos pós-vacinais nos imunizados; a transmissão e circulação de diferentes variantes; e a dinâmica epidemiológica do coronavírus no complexo de comunidades.

“É importante que as mulheres saibam e que não seja só de faz de conta. O que me envaidece é saber que ela está sendo útil a todas as mulheres do meu país. Foi um avanço, mas não pode ficar só no papel.”

Maria da Penha, em entrevista ao G1 (7/8), sobre os avanços e desafios da lei que leva o seu nome e acaba de completar 15 anos. Vítima de dupla tentativa de feminicídio pelo marido em 1983, ela conseguiu transformar a própria luta por justiça em uma lei contra a violência sofrida por mulheres, em 7 de agosto de 2006.

# Vacinação infantil despencou

Enquanto o mundo se preocupava com a vacinação contra a covid-19, a vacinação infantil despencou. No ano passado, 23 milhões de crianças não receberam as três doses do imunizante contra difteria, tétano e coqueluche — que servem como medida de referência —, segundo dados divulgados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância (Unicef), em 15 de julho. Esse é o número de crianças não vacinadas mais alto desde 2009 e um aumento de 3,7 milhões de menores em relação a 2019 (G1, 15/7).

A Organização das Nações Unidas (ONU) alertou sobre o risco de uma "catástrofe absoluta" se o atraso na vacinação de crianças por conta da pandemia não for resolvido e as restrições sanitárias forem suspensas muito rapidamente.

Segundo as entidades, a pandemia provocou transferência de recursos e funcionários para a luta contra o coronavírus,

e muitos serviços médicos tiveram que fechar ou reduzir seus horários. Além disso, por medo do vírus, as pessoas também evitaram sair de casa para ir a postos de vacinação, mesmo quando as medidas restritivas não proibiam deslocamentos.

No Brasil, como informou a Folha de S.Paulo (3/6), a cobertura vacinal já vinha em queda e despencou ainda mais em 2020, "aumentando o risco de novos surtos de doenças preveníveis". Uma análise inédita do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (Ieps), com base em dados do Ministério da Saúde atualizados até 4 de abril deste ano, mostra que menos da metade dos municípios brasileiros atingiu a meta estabelecida pelo Plano Nacional de Imunizações (PNI) para nove vacinas, entre elas as que protegem contra hepatites, poliomielite, tuberculose e sarampo. A maior queda foi da vacina contra hepatite B em crianças de até 30 dias, de acordo com o estudo.

## Retorno às aulas em que condições?

O retorno de aulas presenciais, ainda que de forma parcial, tem sido autorizado em parte do país. A Rede de Pesquisa Solidária apontou, porém, que apenas 56% das capitais e 49% dos estados apresentaram planos estruturados para a reabertura de escolas — em nota técnica divulgada em 9 de julho (leia em [rededespesquisa-solidaria.org](https://rededespesquisa-solidaria.org)).

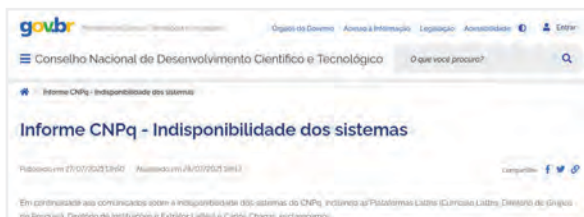
Os pesquisadores observaram, por exemplo, que a preocupação em investir recursos na compra de termômetros e na higienização de superfícies superou consideravelmente a preocupação com outras medidas mais eficazes, como a distribuição, ou mesmo conscientização, para o uso de máscaras de melhor qualidade e testagem ativa nas escolas. Apenas duas capitais e um estado distribuíram este tipo de máscaras como parte do esforço de reabertura para o ensino presencial.

A ampla ventilação dos ambientes também não tem recebido a devida prioridade nos protocolos, segundo a nota. O monitoramento da saturação de CO2 nas salas de aula não foi adotado por nenhum dos planos examinados. A subdivisão de turmas em bolhas que se alternam na frequência, uma ferramenta eficiente para o isolamento de contatos em caso de surtos, foi prevista por três capitais e 12 estados.

A Frente pela Vida, que reúne diversas entidades da Saúde, Educação e Assistência Social, elaborou um panfleto para orientar a população sobre o retorno. "As aulas presenciais estão voltando, mas a pandemia ainda não acabou", destaca o folheto, ressaltando também que além da vacina, são necessárias condições para voltar. Para baixar o material, acesse <https://bit.ly/3s5hnCb>.



## Lattes fora do ar



A Plataforma Lattes, que abriga currículos de pesquisadores de todo o país, ficou fora do ar durante 10 dias no final de julho, causando uma enorme apreensão. Milhares de dados acadêmicos desapareceram instantaneamente. Mesmo depois de restaurada a falha que causou o problema, o acesso ao sistema ainda se dava de forma parcial, sendo possível consultar os registros, mas não imprimir, baixar ou atualizar os dados. O apagão nos servidores do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), responsável pela página do Lattes, atingiu também a plataforma Carlos Chagas, que reúne informações sobre bolsas, auxílios e encaminhamento de projetos científicos. Mas o CNPq garantiu que não houve perda de dados e que o pagamento de bolsas científicas não será afetado pelo problema.

## Em defesa do CNPq

Diante da alarmante situação de precariedade do CNPq, muitas campanhas e manifestações vêm se desenhando nos últimos tempos. Há dois anos, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) lançou um abaixo-assinado que recolheu mais 1 milhão de assinaturas para evitar o corte de 80 mil bolsas concedidas pelo CNPq. Agora, diante do blecaute no sistema de computação do órgão, entidades científicas assinaram uma carta (29/7) em defesa de mais recursos para a ciência. “A possibilidade de perda ou corrupção de dados das bases de dados da Plataforma Lattes e da Plataforma Carlos Chagas é reflexo dos cortes orçamentários, tornando evidente a urgente necessidade da recuperação da infraestrutura do CNPq, ampliação de seus quadros funcionais e de seu orçamento, para que possa exercer sua função primordial de fomento à pesquisa no país”, diz a carta, que conta com mais de 60 assinaturas, entre elas, a da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco).

## Fogo na Cinemateca

Mais um patrimônio cultural brasileiro sob chamas. Depois do Museu Nacional e do Museu da Língua Portuguesa, agora foi a vez da Cinemateca Brasileira ter um de seus galpões destruído por um incêndio, na noite de 29 de julho. A instituição é responsável por guardar, preservar e difundir a produção audiovisual do país e fica sob responsabilidade da Secretaria Especial da Cultura. Há tempos, vem sofrendo com o descaso e o abandono. No ano passado, uma enchente alagou as dependências do local, que em 2016 já havia tido parte do acervo atingido por outro incêndio.

Diante de inspeções que apontaram vários problemas de manutenção do prédio, no ano passado, o Ministério Público moveu processo contra a União. Em abril último, um manifesto assinado por funcionários alertava o governo para o perigo de incêndio. Como o local guarda filmes antigos a base de nitrato de celulose, a preservação e a revisão periódica são importantes. Também foram feitos vídeos sobre a precarização do espaço. De nada adiantou. Agora, a Comissão de Cultura da Câmara entrou com uma queixa-crime contra Mário Frias, secretário especial da Cultura, além de pedir ao Tribunal de Contas da União uma auditoria nas ações da pasta.

## Mortos pelo frio

O país viveu recordes de baixa temperatura no final de junho e durante o mês de julho, o que aumentou ainda mais a vulnerabilidade das pessoas em situação de rua. Apesar disso, boa parte da imprensa ainda insistia em cobrir o fenômeno ressaltando apenas a plasticidade de cenários cobertos pela neve em cidades da região Sul, enquanto pessoas morriam de frio nas ruas do país. Só a cidade de São Paulo registrou quatro mortes na madrugada de 30 de junho, a mais fria dos últimos cinco anos, quando os termômetros marcaram 6,3 graus — outras sete haviam morrido na noite anterior. Ao jornal O Globo (1/7), o padre Júlio Lancelotti, que atua prestando atendimento à população de rua, destacou o aumento expressivo do acolhimento a pessoas “em clara hipotermia, pouco agasalhadas, sem abrigo e apresentando tremores”. Em outros dois estados, Mato Grosso e Porto Alegre, também houve relatos de mortes provocadas pela onda de frio, que acabou gerando mobilizações da sociedade civil e planos de contingência por parte do poder público em alguns estados.



FERNANDO FRAZÃO/ABR





GREG MARTIN/IOC

## Time de refugiados

Em Tóquio, 29 atletas olímpicos e seis paralímpicos competem na Equipe de Refugiados, uma delegação maior do que a de 2016, quando estiveram no Rio dez atletas olímpicos e dois paralímpicos (Agência Brasil, 23/7). O time conta com atletas de diversas partes do mundo: Síria, Afeganistão, Iraque, Sudão do Sul, Irã, República do Congo, Venezuela, Sudão, Eritreia e República Democrática do Congo. De acordo com a Agência da Organização das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), existem mais de 26 milhões de refugiados em todo mundo.

## Saúde mental nas Olimpíadas

Em um evento que exalta a superação dos limites do corpo, os Jogos Olímpicos de Tóquio acabaram marcados pelo reconhecimento de que mesmo atletas de ponta precisam impor limites para manter sua saúde mental. Na cerimônia de abertura, em 23 de julho, acendeu a pira olímpica a tenista japonesa Naomi Osaka, número 2 do ranking mundial. Em maio, ela anunciou nas redes sociais sua intenção de não participar de entrevistas coletivas durante o torneio de Roland Garros: "Frequentemente sinto que pessoas não têm consideração pela saúde mental de atletas, e isso parece muito verdadeiro sempre que vejo uma entrevista coletiva ou participo de uma. Ficamos lá e ouvimos perguntas que já foram feitas várias vezes ou perguntas que colocam dúvidas em nossas mentes, e não vou me sujeitar a pessoas que duvidam de mim. Já vi muitos cliques de atletas desabando após derrotas na sala de coletivas e sei que vocês também. Acredito que a situação toda é chutar uma pessoa quando ela está abatida e não entendo a motivação". A tenista foi multada pela organização do campeonato e abandonou a disputa, afirmando sofrer "enormes ondas de ansiedade" e "longos surtos de depressão".

Maior estrela da ginástica artística dos Estados Unidos, Simone Biles foi para Tóquio carregando a pressão de ganhar um recorde de seis medalhas de ouro, o que a tornaria a atleta olímpica mais bem-sucedida de todos os tempos em qualquer esporte. Para preservar seu bem-estar emocional, ela decidiu ficar fora de uma série de provas das Olimpíadas. "Colocar a questão da saúde mental em cima da mesa significa muito para mim porque as pessoas precisam entender que somos seres humanos", disse a atleta, que ganhou uma prata e um bronze. "Minha saúde física e mental conta mais do que todas as medalhas que posso ganhar". **R**



JULIO CESAR GUIMARAES/COB

# POVOS CONTRA

**Resistência socioambiental dos povos tradicionais é fronteira que ainda garante a preservação das florestas**

LUIZ FELIPE STEVANIM

No discurso oficial, uma floresta que tomba e dá lugar a pastagens e plantações de soja recebe o nome de progresso. É a ampliação das fronteiras agrícolas, o Brasil que precisa crescer. Mas, para povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outras populações tradicionais do campo e da floresta, esses são sinais de devastação e morte. Vistas por vezes como entraves ao desenvolvimento econômico, as comunidades tradicionais atuam na busca de alternativas e soluções que reduzam o impacto do desmatamento, da degradação ambiental e de incêndios criminosos e garantam a sobrevivência de seus territórios. Indígenas e quilombolas são guardiões da floresta contra o avanço da soja, do boi, do garimpo e do fogo. Nesta reportagem, trazemos algumas histórias que mostram como esses povos têm se organizado para resistir às políticas de devastação ambiental e preservar a biodiversidade brasileira.

# A DEVASTAÇÃO

An aerial photograph showing a vast, golden-brown soybean field. A dirt road runs diagonally across the field, and a dense green forest is visible in the bottom right corner. The sky is a clear, bright blue. The title 'A DEVASTAÇÃO' is overlaid in large, white, semi-transparent letters across the top of the image.

Extensos campos de soja são a paisagem que marca o entorno do Parque Indígena do Xingu, no Mato Grosso: as terras indígenas são a garantia de floresta em pé

FOTO: KAMIKIA KISEDE

# “A AMAZÔNIA PEDE SOCORRO”

ALESSANDRA KORAP MUNDURUKU

Alessandra Korap, do povo Munduruku, tem uma trajetória de vida em defesa dos territórios e da floresta

FOTO: BEKA MUNDURUKU

**A**lessandra Korap é filha dos igarapés. Como uma mulher-peixe, ela cresceu nas águas que cortam a Reserva Praia do Índio e alimentam o curso médio do Rio Tapajós, na altura do município de Itaituba, no Sudoeste do Pará. Seus filhos e parentes também nasceram ali e se banharam no mesmo rio e nos mesmos igarapés, assim como seus antepassados. São águas que carregam memórias. Indígena do povo Munduruku e mãe de dois filhos, ela narra que viu a chegada de garimpeiros, madeireiros e grandes empreendimentos como portos graneleiros — “as dragas mexem no fundo da água” e arrastam sujeira e lama para dentro das terras indígenas. “Todos esses empreendimentos estão deixando a água suja, matando os nossos peixes, contaminando os rios e trazendo pessoas para invadir cada vez mais as terras com olhar de ambição”, alerta.

Os invasores chegam como se aquela fosse “uma terra sem lei”, conta Alessandra — ocupam territórios indígenas ou unidades de conservação para atividades de garimpo ou extração ilegal de madeira. “A Amazônia não é mais aquela floresta toda limpa e bonita”, afirma. As águas que as comunidades utilizam para beber e se banhar, e da qual extraem uma de suas principais fontes de alimento, os peixes, são contaminadas pelo mercúrio usado no garimpo. Em 2020, um estudo da Fiocruz com indígenas do povo Munduruku, no Médio Tapajós, em parceria com a organização WWF-Brasil, indicou que todos os participantes da pesquisa estavam de alguma maneira afetados pelo contaminante — e de cada dez, seis apresentaram níveis de mercúrio acima do seguro. “A Amazônia pede socorro. Não é só a gente que tem que defender. O mundo todo tem que saber o que está acontecendo”, aponta.

Lideranças dos povos tradicionais que resistem ao avanço da mineração e do desmatamento tornam-se alvo de ameaças de morte e intimidações. Foi o que aconteceu com Maria Leusa, conhecida liderança do povo Munduruku no Pará, que foi obrigada a deixar a aldeia com sua família, em Jacareacanga, no extremo Sudoeste do estado, depois que teve a sua casa incendiada em maio de 2021. A origem dos conflitos está na presença de garimpeiros nas terras indígenas. “Quem for contra o garimpo eles tentam matar. A gente tem que andar fugido para continuar vivo? Quem são os interessados que querem tirar o ouro?”, questiona Alessandra. O Brasil é o terceiro país do mundo que mais mata defensores do meio ambiente e da terra, atrás apenas da Colômbia e das Filipinas, segundo o relatório da organização Global Witness publicado em 2020 — foram 24 ativistas ambientais assassinados no país em 2019, dez deles indígenas.

Mesmo com a realidade cada vez mais desfavorável a quem defende o meio ambiente, Alessandra transformou a sua trajetória de vida em um clamor amazônico em defesa da Mãe Terra. Ela foi a primeira mulher a presidir a Associação Indígena Pariri Munduruku, da qual hoje é vice-presidente. Aprendeu a falar alto com políticos em Brasília, como no episódio que viralizou nas redes sociais, em 2019, em que bateu várias vezes na mesa diante do então presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para denunciar o descaso com as demarcações de terras indígenas no governo de Jair Bolsonaro; sentou para conversar e decidir junto com os caciques; e, por fim, decidiu estudar Direito na Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), em Santarém, para conhecer os direitos de seu povo. “As pessoas não querem

que a gente descubra quais são os nossos direitos. Só que não podemos nos calar”, ressalta.

Ela foi voz ativa nas manifestações indígenas que ocorreram em Brasília, em junho, no Levante pela Terra, contra o Projeto de Lei (PL) 490, que tramita no Congresso desde 2007 e ganhou força com a base de apoio do governo Bolsonaro: o texto dificulta as demarcações de terras indígenas, ao se basear na chamada tese do “Marco Temporal”, segundo a qual só teriam direito à terra os povos que tivessem a sua posse em 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição Federal (entenda o PL 490 no quadro da p. 18). O tema também entrará em discussão no Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento mais importante para os povos indígenas em 30 anos, adiado para agosto.

As manifestações em junho foram marcadas pela repressão policial contra os indígenas, com uso de bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha. “O Levante pela Terra foi o grito de resistência de mais de 521 anos, mostrando que a gente não parou e não se extinguiu. É o que eles querem, ao nos calar e nos silenciar. Serviu para mostrar que ainda estamos firmes nessa luta, mesmo com as perdas de famílias por causa da covid e das invasões”, relata Alessandra. Para a liderança munduruku, a luta dos povos indígenas é em defesa da vida na Terra, pois todos os seres são afetados pela degradação ambiental e pelas mudanças climáticas. “Não morrem apenas os povos indígenas. Vão morrer pessoas na cidade. Famílias estão passando fome, estão morrendo animais. A soja também precisa de chuva. Ninguém planta se não tiver água. Não é só nós que vamos desaparecer. Vamos todos desaparecer juntos”.

## A VOZ DA TERRA

A bacia do Rio Tapajós também é ameaçada por grandes obras que afetam a vida das comunidades de seu entorno, como indígenas, quilombolas e ribeirinhos. O antigo projeto do Complexo Hidrelétrico do Tapajós previa a construção de cinco usinas hidrelétricas, mas as obras receberam críticas pelos impactos sociais e ambientais, como inundações de áreas de floresta, perda de fauna e flora e destituição das terras de mais de 30 comunidades tradicionais — que tiveram um papel decisivo para que o projeto não fosse implementado.

Esses mesmos impactos foram sentidos pelas comunidades no entorno da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, na bacia do Rio Xingu, próximo a Altamira, no norte do Pará: as populações viram uma área de 478 km quadrados ser inundada, foram deslocadas das terras em que viviam e presenciaram o aumento da violência, da pobreza e da fome. “Quando se fala que vai haver um empreendimento ou uma usina hidrelétrica, quem está interessado? Quais são as máquinas que vão entrar? As pessoas que vêm junto trazem mais violência, drogas e ambição na mala”, descreve Alessandra. A construção de portos graneleiros e ferrovias, para escoar a produção de soja, é outro tipo de empreendimento que ameaça os territórios preservados.

Um caminho de resistência encontrado pelos povos tradicionais para frear o avanço de grandes empreendimentos nocivos ao meio ambiente na bacia do Tapajós foi a

“Não é só a gente que tem que defender. O mundo todo tem que saber o que está acontecendo.”

construção dos protocolos de consulta, que determinam que as decisões devem ser tomadas com a participação de toda a comunidade. “O protocolo de consulta foi construído porque havia pessoas sendo aliciadas pelo empreendimento no Rio Tapajós, que era a usina. As pessoas estavam traduzindo o que ia ser falado nas aldeias, para enganar os caciques”, conta a liderança munduruku. Os povos não têm descanso: hoje a ameaça é o mercúrio que contamina as fontes de água, os igarapés e os rios. “Quando a gente anda dentro da mata, vê onde eram as nascentes. Os igarapés estão só lama. Outro problema é a derrubada de madeira dentro da floresta. A gente vê pistas de pouso dentro do território e da floresta”, aponta.

A denúncia é outra estratégia encontrada pelos povos para resistir. “Estamos usando as redes sociais para mostrar o que realmente está acontecendo, porque não queremos morrer silenciados”, diz Alessandra. Em 2020, ela recebeu o Prêmio Robert F. Kennedy de Direitos Humanos por sua atuação como ativista em defesa dos direitos indígenas e pela preservação ambiental. “De 2019 pra cá, a situação vem piorando cada vez mais”, afirma, em referência às políticas do governo Bolsonaro em relação aos povos indígenas e à questão ambiental. A busca de apoio à sua luta é uma forma de dar voz — e força — à resistência dos povos da floresta. “Quando chegam, eles têm máquinas enormes. Botam a placa de ‘área particular’ como se nós não estivéssemos aqui antes”, descreve.

Mesmo em território ameaçado, Alessandra não se intimida e se soma a outras mulheres indígenas que são referência na defesa dos territórios. “As vozes das mulheres indígenas estão indo mais longe. Os próprios caciques falam que as mulheres têm coragem, que elas não recuam”. Ela conta que as mulheres ganharam espaço e hoje são respeitadas pelos caciques mais velhos: “Nossa vida é luta e resistência”, resume. “Todo dia que a gente acorda e vê que ainda estamos vivos, a gente sabe que tem que continuar em mais um dia de luta”. Alessandra afirma que os povos originários são os verdadeiros guardiões da floresta — porque diferente daqueles que “tapam os ouvidos”, eles aprenderam a ouvir a voz da terra. “Existe vida dentro do rio. Tem os locais sagrados. A gente se cura através da natureza”, observa.

## FRAN PAULA, QUILOMBOLA

Agro é fogo: as queimadas provocadas pelo agronegócio, no Pantanal, prejudicam as comunidades tradicionais, afirma Fran Paula (à direita)

# “ESTAMOS DE FRENTE A UMA OFENSIVA”

FOTO: ACERVO PESSOAL

**F**ranceléia Paula aprendeu a colher as histórias de seus avós e pais como quem retira uma fruta do pé. Nos relatos que falavam de solidariedade e partilha nas comunidades quilombolas do Pantanal mato-grossense, desde criança ela foi entendendo que o preparo do alimento — do plantio até a colheita, passando ainda pela elaboração de receitas e pelo despertar dos sabores — era uma prática coletiva. “Nos meses de julho a agosto era o tempo de preparar a roça de toco ou coivara, e depois esperar a primeira chuva de outubro para plantio do arroz de noventa dias que era colhido em janeiro”, escreve, recuperando as memórias de infância. O “muxirum” — palavra de origem indígena que foi incorporada nas roças quilombolas — marca todo o percurso do alimento, em que a comunidade se reúne, em mutirão, para o trabalho com a terra.

Práticas ancestrais de agricultura dos povos pantaneiros, como o muxirum e as roças de toco, são fundamentais para o manejo agroecológico dos sistemas agrícolas, explica Fran, como é conhecida, engenharia agrônoma, quilombola, pantaneira e educadora popular da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) no Mato Grosso. Porém, essa herança ancestral corre o risco de desaparecer. O motivo: o avanço do agronegócio sobre as terras quilombolas. “Esses territórios não são regulamentados, titulados pelo Estado. Isso provoca vários conflitos agrários com fazendeiros, o que tem gerado perda de território, que coloca em risco a manutenção dessas práticas de agricultura e, consequentemente, vai pressionando para um esvaziamento das comunidades”, conta à *Radis*, ela que também é membra do GT Povos Tradicionais, Etnicidade e Ancestralidade da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA).

Os olhos de Fran viram de perto os impactos dos incêndios que atingiram o Pantanal em 2020, no maior registro de fogo na região — de janeiro a outubro, cerca de 4,1 milhões de hectares do Pantanal brasileiro foram queimados, o que corresponde a 28% do bioma, segundo o Instituto SOS Pantanal. A região de Cáceres, onde Fran atua, foi uma das mais atingidas. “Se considerarmos o rastro da destruição, ele chega a ser imensurável. A gente sabe que tem coisas que se perderam: foram destruídas pelo fogo e não serão restauradas, justamente por conta da fragilidade ecológica do bioma”, ressalta. Além da destruição da vegetação e da morte de animais, os incêndios também atingiram comunidades, que perderam colheitas e casas. “Isso tem provocado impactos que afetam diretamente os modos de vida nas comunidades tradicionais, que dependem da floresta em pé e de seus territórios protegidos e assegurados”, afirma.

Os incêndios no Pantanal, na Amazônia e no Cerrado não acontecem por acaso: eles são parte de um “intenso e acelerado processo de desregulação ambiental e desconstrução do aparato institucional”, como Fran escreveu em artigo de setembro de 2020, ao lado de outras duas integrantes da Fase, Letícia Tura e Rosilene Miliotti. “Estamos de frente a uma ofensiva dos setores ruralistas e governamentais, que agem nessa tentativa de flexibilização das leis ambientais e também na omissão diante de conflitos e impactos que têm sido gerados a partir de um modelo desenfreado de exploração dos biomas e das florestas”, afirma à *Radis*. No rastro do fogo, estão os interesses do agronegócio e da bancada ruralista no Congresso, aponta. “O governo usa essas florestas como mercadoria, não garantindo a proteção dos nossos territórios”.

## SAÚDE DA TERRA

Os povos pantaneiros não assistiram de braços cruzados aos incêndios que converteram em cinza uma parcela do bioma: como Fran ressalta, são esses povos, em seus territórios, que têm monitorado os focos das queimadas e buscado se organizar em redes e brigadas populares em defesa do Pantanal. “Os povos tradicionais pantaneiros são os principais agentes ambientais e exercem uma vigilância que é permanente sobre o bioma”, observa.

A resistência contra a devastação também tem levado à valorização de práticas de agricultura sustentável, sem agredir a terra, que fazem parte da cultura dos povos tradicionais. “O agronegócio é um modelo de destruição, relacionado às mudanças climáticas, de não produção de alimentos”, aponta Fran, lembrando que esse modelo não garante comida na mesa dos brasileiros. “A agricultura é feita a milênios no planeta e nós temos muito que visitar os conhecimentos tradicionais de se fazer agricultura de verdade, que garanta a produção de alimentos, o manejo sustentável e a conservação das florestas”. Segundo a engenheira agrônoma, enquanto a agricultura familiar e os sistemas agroecológicos não recebem incentivos governamentais para fortalecer a comercialização e o consumo, o agronegócio, que não produz alimentos para o país, desfruta de créditos, assistência técnica e apoio governamental — em um cenário em que cresce a insegurança alimentar e a fome entre os brasileiros, como *Radis* mostrou na edição 225.

“O planeta precisa desse equilíbrio até para se manter vivo. O que vivenciamos hoje é justamente o contrário: um modelo agrícola alicerçado numa exploração desenfreada e na destruição do meio ambiente, e é óbvio que isso é insustentável”, constata. Ela cita o exemplo de práticas agroecológicas e de manejo adequado do solo, com o cultivo de várias espécies de plantas, sem o uso de agrotóxicos. É o caso também das redes de trocas de sementes tradicionais, em saídas encontradas pelos pequenos agricultores para conservar variedades de espécies centenárias e adaptadas às condições locais de agricultura. “As redes de trocas de sementes tradicionais na Baixada Cuiabana são um exemplo de conservação de espécies — de espécies para alimentação, sementes e mudas que são utilizadas para fins medicinais e que cumprem um papel importante na manutenção da biodiversidade desses biomas e no seu equilíbrio”, pontua.

Os saberes dos povos tradicionais sobre agricultura, ressalta Fran, constroem sistemas resilientes no tempo a diversas mudanças. “Através do manejo do território, de forma racional e adotando uma diversidade de práticas agrícolas tradicionais, são responsáveis pela manutenção de engenhosos sistemas agrícolas. Isso é ciência. E é agroecologia praticada há muito tempo”, constata. Ela menciona as experiências de muxirum e roça de toco, que conhecia desde criança pelas histórias narradas por sua mãe, no quilombo Campina de Pedra em Poconé, no Mato Grosso.

Com sua mãe, seu pai e seus avós, Fran também aprendeu que não há saúde humana sem respeito à Terra. Uma coisa está associada à outra. “A saúde do corpo depende da saúde da Terra, do planeta, que é muito maior do que nós, seres humanos”, afirma. No site Ancestralidades ([www.ancestralidades.com](http://www.ancestralidades.com)), voltado para a valorização de saberes tradicionais, ela traz alguns desses relatos que misturam memórias e vivências sobre agricultura e saúde do corpo e da terra: “O conhecimento sobre os remédios do mato, como aprendi a chamá-los desde criança, são vastos e riquíssimos, utilizados na maioria das vezes de forma preventiva”, escreve. Os textos nascem de um processo de escuta da sabedoria transmitida por sua avó e outros mais velhos; e são um convite para ampliar o olhar sobre saúde e o nosso vínculo com a Mãe Terra, em um contexto em que “vivemos uma pandemia que é um sintoma de desequilíbrio entre nós e a natureza”. “É urgente pensarmos em ações para começarmos a agir e recuperar a saúde do planeta, se a gente quiser continuar existindo”, reflete.



Técnicas tradicionais de cultivo são utilizadas por pequenos agricultores e comunidades quilombolas para produzir alimentos sem prejudicar a natureza



# DE CARA COM AS CHAMAS



As brigadas indígenas utilizam um amplo conhecimento do território para combater os incêndios florestais

FOTO: BRUNO KELLY/REUTERS

## As brigadas indígenas contra os incêndios florestais

**W**aiikairo Xerente aprendeu a conhecer cada sinal dado pelo fogo. As mesmas chamas que deixam um rastro de destruição e morte podem ser aliadas na prevenção dos grandes incêndios florestais. Segundo o costume tradicional do povo Xerente, no Tocantins, o fogo de baixa intensidade é utilizado nos meses que antecedem a estação seca — geralmente entre abril e junho, quando há mais umidade no ar — para queimar palhas e capim seco e evitar que grandes incêndios aconteçam nos meses mais secos do ano. O uso do chamado fogo preventivo, tradição passada pelos anciãos, é uma técnica utilizada pelas brigadas indígenas de combate às queimadas e reconhecida pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), por meio do Programa PrevFogo.

A cada ano, no entanto, as queimadas têm se tornado mais intensas e exigido mais esforços das brigadas. “O fogo vem com mais força a cada ano, devido ao tempo mais seco. A gente atribui isso às mudanças climáticas. Muitos rios secando, como consequência da mão do homem. E esse é um grande desafio: a gente conseguir ter força, equipamentos e acesso à tecnologia para poder conseguir amenizar os impactos causados pelo fogo”, conta Waikairo, presidente da Associação dos Brigadistas Xerente, em Tocantínia, no estado do Tocantins. Segundo ele, para lidar com o fogo é preciso sabedoria, pois enquanto algumas coisas podem ser resolvidas com um passo a passo, o fogo é diferente: “Nós estamos falando de algo que não tem uma receita para se resolver”.

Na Terra Indígena Krikati, no Maranhão, Celiana Cypcwj Krikati coordena 16 brigadistas indígenas que atuam no combate aos incêndios. “Cada parte da Amazônia queimada é uma parte da nossa história sendo extinta. A Amazônia está morrendo. O fogo não acende sozinho, não anda sozinho”, afirmou, durante o Encontro Internacional de Brigadistas na 6ª etapa do Emergências Amazônia, em 15 de julho. Ela ressalta que as

brigadas utilizam técnicas tradicionais para manejo integrado do fogo — uma abordagem que considera aspectos socioculturais e ecológicos e também o uso de queimas controladas, para prevenção. “Incêndios na Floresta Amazônica não ocorrem de maneira natural. Cada árvore queimada libera carbono para a atmosfera contribuindo para as mudanças climáticas. O fogo ocorre pela ação de algum ser”, completou.

Na visão de Waikairo, grandes incêndios em áreas particulares se dão por interesse econômico, pois as pessoas pensam que “é mais barato o fogo matar tudo”. A fumaça chega às aldeias, nos meses de seca, provocando desconforto, doenças respiratórias e até questões psicológicas, ele conta. Por isso, a atuação das brigadas indígenas tem sido tão importante para deter o avanço dos incêndios. “O combate é local, por parte de quem tem um amplo conhecimento do território: os brigadistas indígenas sabem onde tem um rio, uma estrada ou uma serra”, narra à *Radis*. O Ibama contrata as equipes durante seis meses do ano, mas Waikairo também destaca o papel fundamental das organizações indígenas, como a Coiab (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira), no fortalecimento de uma rede de apoio tanto na prevenção quanto no combate aos incêndios. “O treinamento técnico é somado ao conhecimento tradicional indígena sobre o território”, completa.

Muitos povos originários têm o uso tradicional do fogo como um elemento de sua cultura. “Para essas comunidades que têm isso na sua cultura milenar, usamos o próprio fogo para combater o fogo, fazendo a queima totalmente controlada”. Waikairo explica que é preciso saber criteriosamente a época exata de fazer o fogo, quando começar e quando parar. “Queima-se para vários outros objetivos: para preservar matéria-prima para construir a casa; para influenciar na própria capacidade produtiva dos frutos do Cerrado; e para poder evitar grandes incêndios nas proximidades das aldeias”, pontua.





FOTO: ROGERIO ASSIS

Ele ressalta que o fogo controlado — geralmente feito no final do dia, quando há mais umidade — apaga sozinho, sem necessidade de uso de recursos humanos e materiais. “As casas são todas de palhas. A palha é altamente inflamável. Queima-se ao redor das matas para poder evitar que os incêndios entrem. Quando se faz a eliminação desse capim seco nas bordas das matas, diminui-se o risco e a probabilidade de ter fogo lá dentro. Queima-se também para proteger nascentes”, elucidada. Com a experiência de quem se arrisca para enfrentar os incêndios criminosos, Waikairo defende que é preciso pensar também em formas de conscientização sobre os impactos do fogo para a fauna e a flora. “Muitas florestas estão desaparecendo por causa dos incêndios florestais. Para a gente reverter os incêndios, não adianta mobilizar todo mundo para apagar, se não for feito um trabalho de educação ambiental”, afirma. Assim como as florestas, seus guardiões encontram formas de resistir.



FOTO: AVENER PRADO



FOTO: AVENER PRADO

# AGENDA DA DEVASTAÇÃO

Projetos em tramitação na Câmara dos Deputados têm grande impacto no tema ambiental e nos direitos dos povos indígenas e outras populações tradicionais. Entenda o que está em jogo.

## PL 490/2007

Com apoio da bancada ruralista e do governo, o PL 490 foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara e segue para votação no plenário. Trata-se de uma antiga proposta do ex-deputado Homero Pereira (PR-MT), já falecido, que altera o Estatuto do Índio (Lei 6.001 de 1973), a qual foram pensados vários outros projetos que modificam os direitos territoriais garantidos aos povos originários pela Constituição de 1988. Na prática, o PL inviabiliza a demarcação de terras indígenas e é considerado inconstitucional em vários pontos.

### O QUE PROPÕE

- Institui a tese do “Marco Temporal”, segundo a qual somente são reconhecidas como terras indígenas aquelas que estavam ocupadas pelos povos em 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição;
- Proíbe a ampliação de terras que já foram demarcadas anteriormente;
- Permite retirar o “usufruto exclusivo” dos indígenas sobre as terras, o que facilita a implantação de hidrelétricas, mineração, estradas e arrendamentos nos territórios;
- Flexibiliza o contato com povos isolados.

## “PL DA GRILAGEM” (2.633/2020)

Sob protestos, a Câmara aprovou, em 3 de agosto, por 296 votos a 136, o chamado “PL da Grilagem”, que regulariza ocupações em terras públicas (da União). Na prática, a proposta facilita que áreas invadidas por grileiros e desmatadas sejam regularizadas, segundo a lógica de que “quem desmata e ocupa torna-se dono da terra”. O texto segue para avaliação no Senado.

### O QUE PROPÕE

- Legaliza ocupações fora das normas, beneficiando diretamente os grileiros;
- Dispensa a vistoria prévia de titulação, não apenas para pequenas ocupações, o que aumentaria o risco de legalizar até mesmo áreas em conflito. Segundo o ISA, isso pode aumentar ainda mais a desigualdade na regularização de terras, porque “proprietários de grandes imóveis e empresas privadas possuem vantagens políticas e maiores recursos financeiros e tecnológicos, em detrimento de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais”;
- Permissão para que terras públicas invadidas a qualquer momento, inclusive no futuro, possam ser tituladas a particulares;
- Anistia aos grileiros e flexibilização das normas ambientais.

## FATO IMPORTANTE

O STF adiou para 25 de agosto o julgamento decisivo sobre a questão do “Marco Temporal”, com repercussão até mesmo sobre o PL 490, caso este seja aprovado. O Supremo vai apreciar uma ação de reintegração de posse movida pelo povo Xokleng contra o governo de Santa Catarina em relação à demarcação da Terra Indígena Ibirama-Laklãnõ. O julgamento é considerado decisivo porque a decisão foi alçada ao status de “repercussão geral”, ou seja, passará a valer para todos os casos de demarcações de terras. Os povos indígenas se organizam para nova mobilização no mês de agosto.

Levante pela Terra: povos indígenas protestaram em Brasília, durante o mês de junho, contra projetos que ameaçam os territórios





FOTO: RICHARD WERRA MIRIM

## MEIO AMBIENTE: INIMIGO DECLARADO

Desde maio de 2020, as operações de fiscalização ambiental na Amazônia estão sob comando militar. No entanto, a destruição da floresta continua em ritmo acelerado. Em junho, o desmatamento na região bateu recorde pelo quarto mês seguido, segundo o Sistema Deter, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Foram perdidos mais de mil quilômetros quadrados de floresta em apenas um mês. Os números da destruição reforçam a tendência do ano passado, quando o monitoramento do Inpe constatou que a taxa de desmatamento aumentou 34% entre agosto de 2019 e julho de 2020 em relação ao período anterior.

“São resultados que demonstram o fracasso de excluir os técnicos das suas funções e insistir numa opção ideologizada de achar que os militares resolvem tudo, quando na realidade eles não têm experiência nem orientação para combater os alvos estratégicos”, avalia Denis Rivas, presidente da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (Ascema) e analista ambiental. Ele explica que as operações de fiscalização saíram do controle dos técnicos do Ibama e do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) e passaram para as mãos de militares, por meio de operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), decretadas por Bolsonaro. “O Ministério do Meio Ambiente nunca foi o Ministério predileto de nenhum governo. Mas é inegável que nesse governo, diferente de qualquer outro, a gente se tornou inimigo declarado pelo presidente”.

Em reunião ministerial em maio de 2020, o então ministro da pasta, Ricardo Salles, chegou a dizer que a pandemia era a oportunidade para “ir passando a boiada e mudando todo o regramento” na área ambiental. Servidores do Ibama e ICMBio passaram a conviver com uma rotina de intimidações e paralisação de atividades. A edição de uma

Instrução Normativa Conjunta (INC nº 1) dos dois órgãos, em 14 de abril de 2021, praticamente inviabilizou a aplicação de autos de infração, ao dificultar o trabalho dos fiscais ambientais. “Isso colocou os fiscais num alerta geral. Muitos estão se recusando a atuar, porque consideram que foram colocados em risco ou ameaça”, explica.

Mais de 600 servidores do Ibama afirmaram, em carta (20/4), que “todo o processo de fiscalização e apuração de infrações ambientais encontra-se comprometido e paralisado”. “A gente está assistindo ao aumento do desmatamento e do roubo de terras; em contraposição, os autos de infração nunca foram tão baixos por conta desse cenário”, declara Denis.

Mesmo com a saída de Salles, em junho, investigado por suspeita de envolvimento com exportação ilegal de madeira, as ameaças ambientais seguem em curso. A Câmara dos Deputados aprovou, em 3 de agosto, o chamado “PL da Grilagem” (PL 2.633/2020), que legaliza ocupações em terras públicas, favorecendo os grileiros — o projeto segue agora para o Senado [leia na página 18]. “Ao reconhecer a ocupação ilegal de terras públicas, [o PL] acaba incentivando que aqueles que estão grilando terras invistam nesse mercado de roubo de terras públicas”, avalia Denis. De acordo com levantamento do Instituto Socioambiental (ISA), cerca de 55 a 65 milhões de hectares de terras da União podem ser regularizados irregularmente caso o projeto seja aprovado — o estudo também revelou que a grilagem foi ampliada em 274% entre 2018 e 2020.

O descrédito do próprio governo em relação aos dados de desmatamento é outra dificuldade para a fiscalização ambiental. “Uma política pública sem dados é como estar no meio do oceano sem nenhum rumo”, pontua Denis. Ele destaca que o país também se transformou em pólo de atração para negócios ilegais que geram degradação do

meio ambiente. “Na região da Terra Indígena Yanomami, em Roraima, o que está dominando é o crime organizado do Brasil e da Venezuela para a retirada de ouro. São os investimentos que a gente está conseguindo atrair com esse tipo de política de destruição”, conclui.

## CIÊNCIA AO ENCONTRO DOS SABERES TRADICIONAIS

Se a Amazônia sempre foi considerada o “pulmão do mundo”, não poderia haver notícia pior em relação ao clima da Terra: uma pesquisa recente de cientistas do Inpe, divulgada em 14 de julho, apontou que parte da Floresta Amazônica pode já ter atingido o “ponto de virada”, ou seja, passou a emitir mais gás carbônico (CO<sub>2</sub>) do que absorver. Isso porque o desmatamento e as queimadas estão diminuindo a capacidade da floresta, principalmente em sua porção no Sudeste Amazônico, entre Pará e Mato Grosso, de absorver o principal gás responsável pelo aumento da temperatura da Terra. O mais recente relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, em inglês), publicado em 9 de agosto, apontou que as mudanças climáticas causadas por seres humanos são irrefutáveis, irreversíveis e levaram a um aumento de 1,07° na temperatura do planeta.

Para Mercedes Bustamante, professora da Universidade de Brasília (UnB) na área de Ecologia e integrante da Academia Brasileira de Ciências (ABC), os saberes dos povos tradicionais são fundamentais na tarefa urgente de parar o desmatamento e recuperar as áreas degradadas, seja da Amazônia, do Cerrado, da Mata Atlântica ou do Pantanal. “Os povos indígenas e populações tradicionais têm um papel central na

conservação dos biomas brasileiros. Eles se desenvolveram na observação dos ciclos naturais dentro desses biomas e com a utilização dos seus recursos”, ressalta. Para a pesquisadora, que é uma das referências brasileiras no estudo do bioma Cerrado, o diálogo do conhecimento tradicional com a ciência é essencial — e há muito o que “aprender com as práticas, os sistemas de observação e os arquivos ecológicos dessas populações”, geralmente passados de geração a geração.

“Está na hora da gente tratar seriamente o reconhecimento dos territórios. Faz parte da política de desmonte não haver mais demarcação de terra indígena e processos extremamente morosos de reconhecimento de direito aos territórios quilombolas”, constata. Mercedes também chama a atenção para a necessidade de valorizar os usos sustentáveis que as populações tradicionais fazem da riqueza dos biomas brasileiros. Ela cita o exemplo do Cerrado, que possui mais de 12 mil espécies de plantas. “Em um sistema tão rico, ficamos dependentes da soja, que é uma espécie exótica, e do gado, e o uso dos nossos recursos naturais é completamente desconsiderado”, aponta.



### Lente indígena

As fotos que ilustram a capa e a abertura desta reportagem são do fotógrafo e cineasta Kamikia Kisedje, da Terra Indígena Wawi, no Parque Indígena do Xingu, Mato Grosso. Com câmera na mão, desde 2000, ele acompanha a luta dos povos originários em defesa do meio ambiente e de seus territórios. Na foto, ele está ao lado do cacique Raoni Metuktire, em encontro de lideranças em janeiro de 2020. Conheça mais do seu trabalho: <http://www.kamikiakisedje.com/>.

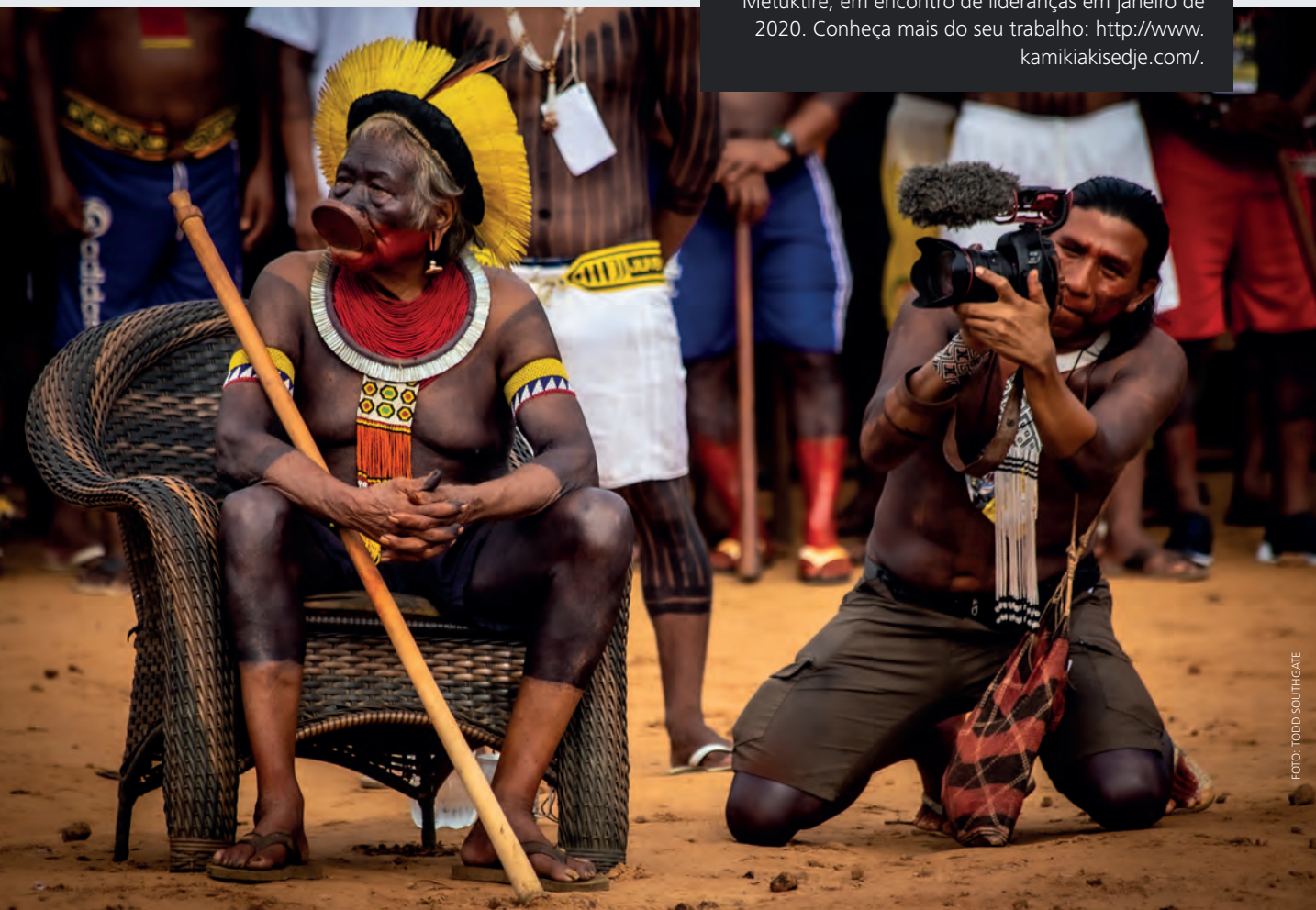




FOTO: RAQUEL PORTUGAL/FIGUZZI

ENTREVISTA | **Anselmo Luís dos Santos**

# “SUS REDUZ DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE”

LISEANE MOROSINI

Grças ao seu tamanho e à descentralização, o SUS tem papel fundamental na redução das desigualdades que existem na distribuição de profissionais de saúde pelo país. Essa é a análise de Anselmo Luís dos Santos, professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que ressalta que as disparidades regionais são um dos aspectos mais preocupantes da atual estrutura do sistema nacional de saúde. Para o pesquisador, a distribuição desigual no mercado de trabalho da saúde é em parte atenuada pela estrutura da rede pública, que compensa a escassez relativa de serviços privados nas regiões com menor renda per capita.

Anselmo é um dos autores, ao lado de Marcelo Manzano e André Krein, de artigo publicado na última edição do Cadernos de Desenvolvimento — do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento — sobre a heterogeneidade da distribuição dos profissionais de saúde no Brasil e a pandemia de covid-19. A publicação aborda os desafios do Sistema Único de Saúde no contexto nacional e

global de transformações sociais, econômicas e tecnológicas no chamado Complexo Econômico-industrial da Saúde (CEIS) 4.0. Com graduação, mestrado e doutorado em Ciências Econômicas pela Unicamp, Anselmo conversou com a Radis, por telefone, e reforçou o importante papel do SUS na pandemia. “Sem o SUS, a crise e o número de mortos seriam ainda maiores em regiões pobres, que carecem muito de médicos e enfermeiros, especialmente mais qualificados”, ressaltou.

## **Como se dá a distribuição regional dos profissionais da saúde no Brasil?**

Do ponto de vista da estrutura ocupacional, é bastante desigual. Sudeste, Sul e Centro-Oeste, as cidades metropolitanas mais ricas e Brasília concentram maior quantidade per capita de médicos e enfermeiros, especialmente os mais qualificados. Quanto maior a qualificação, maior é o custo. Essas regiões apresentam um padrão próximo do internacional no conjunto do sistema de saúde no Brasil, o que difere do

que encontramos no Nordeste e Norte. Proporcionalmente, a estrutura é menor nas regiões mais pobres, ainda que o SUS contribua para reduzir brutalmente essa desigualdade.

### **A desigualdade da presença de profissionais da saúde no mercado de trabalho é recente?**

Ela é estrutural. Na ditadura, quando havia uma desigualdade brutal, era visível a dificuldade de formar e atrair pessoas para certos locais. Depois, houve tentativas para aumentar a proporção de médicos e enfermeiros. Recentemente, tivemos o Mais Médicos e um conjunto variado de políticas sociais para tentar reverter a tendência. A desigualdade não é exclusiva de regiões mais pobres. Esse é um problema também nas grandes cidades. Mas quando olhamos a ocupação do SUS, vemos que ele diminuiu a desigualdade entre todas as regiões. O SUS tem muito menos desigualdade de profissionais do que as outras formas de ocupação no sistema, seja no setor privado, nas associações ou organizações sociais.

### **O que ocorreu na pandemia nesse aspecto?**

A pandemia chegou por essas regiões mais ricas, pelo Rio de Janeiro e São Paulo, e também pelo Norte, por Manaus. Só que, nas regiões Norte e Nordeste, o acesso à saúde é menor e concentrado no SUS, há menor oferta de profissionais, a população é muito pobre e há poucas pessoas com planos de saúde do setor privado. Como a ocupação informal é maior, as pessoas trabalham na rua. Então, na pandemia, não é só uma questão de ver a pobreza, pois é preciso olhar também o vínculo, a falta de salário e a proteção. Sem essa proteção, não é possível ter o distanciamento social. O problema fica muito maior quando a pandemia se interioriza, porque afeta uma região pobre com uma estrutura de saúde mais desigual, com menos médicos e enfermeiros per capita. Poder contar com o SUS e seus profissionais nessas regiões pobres evitou que a catástrofe fosse muito pior. Sem o SUS, a crise e o número de mortos seriam ainda maiores em regiões que carecem muito de médicos e enfermeiros.

### **Por que profissionais de saúde mais qualificados estão concentrados nos grandes centros?**

O Brasil é um país de renda média e tem regiões muito pobres, com estrutura ocupacional ruim, renda baixa e desigualdade alta. Ainda bem que tem o SUS. É importante salientar que a desigualdade também ocorre porque a oferta nessas regiões é menor em termos numéricos e qualitativos. Os profissionais de saúde do setor privado acabam ficando em regiões que concentram o desenvolvimento econômico e têm renda mais alta.

### **Qual a importância do mercado de trabalho da saúde para o desenvolvimento?**

Colocar mais profissionais qualificados nessas regiões vai além do emprego em si, no sentido de que a saúde é uma política de redução da desigualdade. Quando o SUS amplia a política de contratação de pessoas em todo o Brasil e o país cresce, a renda aumenta. A demanda privada por profissionais de saúde também passa a ser muito alta. É um ciclo. Por isso que a política do Mais Médicos é correta. É vergonhoso o comportamento de quem tenta evitar ampliar a formação médica e também o número de profissionais que atuam em




regiões mais pobres em um país que vinha diminuindo a desigualdade em acesso à saúde.

### **É possível comparar as regiões a partir do vínculo de trabalho dos profissionais de saúde?**

Os trabalhadores do SUS são em maioria concursados, têm maior estabilidade no rendimento e nos vínculos de contrato de trabalho formal de trabalho. No Nordeste e Norte os vínculos são muito precários e os rendimentos menores, principalmente no setor privado, e os profissionais do SUS ajudam a elevar a participação relativa de melhores ocupações. Já nas regiões mais desenvolvidas, com essa quantidade imensa de pessoas no setor privado, há muitos profissionais com vínculos precários, que foram agravados com as políticas de flexibilização da legislação trabalhista, especialmente com a Reforma Trabalhista no governo Michel Temer, em 2017. O SUS também reduz a precarização e flexibilização do emprego em regiões onde elas são muito altas devido à estrutura produtiva ser pouco desenvolvida e com baixo desenvolvimento tecnológico, como é o caso das regiões mais pobres e do Norte e Nordeste. O SUS leva emprego com vínculos de contratos formais e melhora não só em quantidade, mas em qualidade.

### **O que é fundamental para que no longo prazo essa desigualdade não seja tão grande entre as regiões?**

Um elemento decisivo é ampliar o gasto de saúde e a contratação de pessoal e as ações devem se voltar para as atividades primárias e de vigilância. A vigilância tem se tornado cada vez mais importante, estratégica, e faz parte de uma política decisiva do sistema público de saúde. Ela tem impacto muito grande nas regiões com excedente de força de trabalho elevado, teria condições de contratar muita gente. Creio que é necessário ter também uma política regional, principalmente para as regiões Norte e Nordeste. Além disso, é preciso avançar na concretização de uma efetiva universalidade das políticas sociais e saúde, com maiores investimentos públicos. O Brasil também precisa avançar para articular melhor sua inserção nas cadeias produtivas globais, na produção farmacêutica, na autonomia de produção insumos e equipamentos estratégicos na área de saúde, e assim diminuir a vulnerabilidade nacional. Precisamos ampliar o papel do Estado na oferta de serviços públicos como produtor, articulador e financiador. 



Moradores de São Lourenço da Mata, área endêmica para transmissão da esquistossomose em Pernambuco, expostos a possível foco da doença

# CONTAMINAÇÃO EM CICLO

## Esquistossomose permanece endêmica em regiões do Brasil pela falta de saneamento básico

MONIQUI FRAZÃO\*

Contato com águas contaminadas, pessoas infectadas e caramujos. Esses três elementos ajudam a compor o ciclo de transmissão da esquistossomose, doença causada pelo parasita *Schistosoma mansoni*. Conhecida no passado como “barriga d’água”, termo que fazia alusão à barriga inchada que acomete pessoas em seus quadros mais avançados, a esquistossomose tem tratamento oferecido gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Mas a sua erradicação no país enfrenta o obstáculo principalmente da ausência de saneamento básico para toda a população.

Elainne Christine de Souza Gomes, pesquisadora do Instituto Aggeu Magalhães (IAM/Fiocruz/PE) e coordenadora do Laboratório de Referência em Esquistossomose para o Ministério da Saúde, explica que essa é uma doença negligenciada — quando se conhece o processo de transmissão, as consequências, a patogenia e as estratégias de prevenção e controle, mas ainda assim faltam ações efetivas para o enfrentamento. “Normalmente existem tratamentos, mas mesmo assim as medidas de controle são ineficientes para

erradicar a doença. Ela continua existindo na população por uma série de outros fatores associados a condições socioeconômicas, principalmente o acesso à água encanada e ao saneamento básico”, explica. Segundo a pesquisadora, a maioria das doenças negligenciadas estão associadas a populações em situação de vulnerabilidade, embora haja exceções, como é o caso da tuberculose, que ainda existe em países desenvolvidos.

Além das condições sanitárias, a doença depende de um hospedeiro intermediário para completar seu ciclo, que é um caramujo aquático, de água doce, do gênero *Biomphalaria*. O caramujo da esquistossomose tem o tamanho máximo de uma moeda de um real e é achatado dos dois lados, com concha plana e, no país, três tipos de espécies transmitem o *Schistosoma mansoni*.

Como Elainne explica, essa é uma doença parasitária sanguínea. O parasita se aloja nas veias que irrigam o fígado e o baço (chamadas de veias do sistema porta), onde a fêmea e o macho copulam e vivem juntos por vários anos. A fêmea começa a produção de ovos, que libera no sistema

sanguíneo. É esse o grande agente patogênico da doença e não o parasita em si, de acordo com a pesquisadora. Esses ovos saem nas fezes da pessoa infectada — liberadas no esgoto, se não há tratamento correto, elas podem encontrar novos hospedeiros intermediários e recomeçar o ciclo da doença.

Na visão da pesquisadora, combater o caramujo não é suficiente. “A gente saiu de um panorama em que tínhamos altas prevalências, quando a principal estratégia era matar o caramujo e tratar a população em massa, para um sistema em que a principal estratégia é não mais fazer extermínio do vetor, porque já foi observado que o caramujo tem inúmeras estratégias de sobrevivência”, descreve.

O tratamento em massa também deixou de ser o foco da atenção e passou-se a considerar o tratamento direcionado. Elaine descreve que hoje, no Brasil, tem-se a atenção primária muito bem estruturada com as equipes de Saúde da Família, o que ampliou a capacidade de fazer exame e, uma vez identificada a doença, tratar apenas aquela pessoa. “Todas essas estratégias que foram implantadas desde a década de 1980 e continuam até hoje fizeram com que o Brasil tivesse uma queda enorme na prevalência da doença”, destaca, acrescentando ainda que o país saiu de altas taxas para cerca de 1% de prevalência nacional atualmente. As medidas também resultaram na redução da mortalidade e do desenvolvimento das formas graves da doença.

Embora estados de esquistossomose severa não sejam mais encontrados, ela continua sendo um problema de saúde pública, pontua Elaine. Ela é endêmica na maioria dos estados do Nordeste e em Minas Gerais, e ocorre de maneira focal em outros estados. “Não se observa mais a ocorrência em grandes áreas. Mesmo dentro de um mesmo município, trabalhamos com a perspectiva local”. Segundo a pesquisadora, ainda existem localidades com prevalência entre 50% e 60%, mas são locais que podem receber uma atenção direcionada. “A solução máxima para o controle

da esquistossomose no Brasil é o saneamento básico, mas, infelizmente, a gente ainda está muito longe de atingir as metas,” ressalta. Para ela, a doença só vai ser eliminada e deixar de ser um problema de saúde pública quando houver de fato condições socioeconômicas melhores e saneamento básico próximo aos 100%.

## CICLO DA DOENÇA

Em Paraíba do Sul, município do interior do estado do Rio de Janeiro, Marcos Paulo Mathias é coordenador da área de Vigilância Ambiental/Zoonoses e Vetores da Secretaria Municipal de Saúde. Ele explica que, a partir do momento em que se tem o esgoto despejado em locais inapropriados, sem tratamento adequado, surge a potencialização das fezes parasitadas com os ovos. Em contato com a água, os ovos eclodem em pequenos organismos chamados de miracídeos, que vão parasitar algum caramujo do gênero *Biomphalaria* e, dentro desse vetor intermediário, desenvolver as chamadas cercárias, que saem do caramujo e retornam à água.

“É aí que acontece a contaminação do ser humano, ao entrar em contato com os pés descalços em água contaminada, por exemplo”, explica o biólogo. Segundo ele, a doença pode atingir alguns órgãos, como fígado e pulmão, podendo causar aumento do fígado e baço e hemorragia digestiva. “São problemas sérios que podem até levar à morte da pessoa, caso não seja diagnosticada de forma adequada”, ressalta.

A coordenadora do Laboratório de Referência para a doença descreve que, depois que a cercária penetra na pele, ela transforma-se em esquistossômulo — forma juvenil do parasita — e percorre o sistema circulatório até chegar no fígado e ali se instala na circulação sanguínea do órgão. Uma vez que o macho encontra a fêmea, eles podem viver por vários anos naquele sistema circulatório. A fêmea começa a colocar os ovos, que vão sendo espalhados para vários tecidos. Uma parte desses ovos vai para o intestino, causando a forma inicial da doença. Com o tempo, acabam sendo levados pelo fluxo sanguíneo para o fígado e o baço e começam a provocar os problemas de aumento dos órgãos, o que acarreta no extravasamento de líquidos para o abdômen — formando o que se chamava “barriga d’água”.

À medida que os ovos vão entrando no tecido do fígado, causam a fibrose, fazendo com que o tecido deixe de funcionar. Também ocorre uma série de outros transtornos, como varizes, que podem gerar hemorragia. Na fase aguda, os principais sintomas são febre, dor de barriga, diarreia, podendo apresentar também constipação e mal-estar.

O tratamento da doença também é simples, feito em dose única, com uma medicação produzida no Brasil, o praziquantel, em comprimido. A dosagem é administrada uma única vez, promovendo uma porcentagem de cura a ordem de 90%. Hoje, esse medicamento está em fase de testagem para uso pediátrico. A grande dificuldade é o tamanho do comprimido, que dificulta a ingestão para crianças menores de dois anos. “A nova formulação de comprimidos de praziquantel dispersível na boca é algo importante para a gente conseguir tratar crianças”, pontua Elaine.



ELAINE GOMES

Em locais sem tratamento adequado de esgoto, fezes são parasitadas com os ovos, que eclodem em pequenos organismos e vão parasitar caramujos





ELAINE GOMES

Nos períodos de chuva, população entra em contato com focos de transmissão temporários nas ruas alagadas

## SANEAMENTO É BÁSICO

De acordo com o Instituto Trata Brasil, com base no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS 2019), 83,7% dos brasileiros são atendidos com abastecimento de água tratada, mas quase 35 milhões não têm acesso a esse serviço básico. Quando o assunto é acesso à coleta de esgoto, quase 100 milhões de brasileiros não têm acesso a esse serviço (46% da população). (Sobre o assunto ver *Radis* 154)


Em Paraíba do Sul, Marcos Paulo explica que, embora a esquistossomose não seja prevalente na região, a cidade também enfrenta o mesmo problema presente em outras partes do Brasil: a falta de saneamento básico. A equipe da área de Vigilância Ambiental e Zoonoses trabalha com a prevenção da própria esquistossomose, assim como de outras doenças transmitidas por outros tipos de moluscos. O biólogo ressalta que a vigilância ambiental não pode trabalhar sozinha. “É um trabalho que deve ser multidisciplinar, com outros atores da rede de saúde, do setor público e também do setor privado”, reflete.

Segundo ele, a falta de saneamento básico impacta diretamente na ocorrência de doenças como a esquistossomose, porque o ciclo da doença acontece com a eliminação das fezes de uma pessoa contaminada em valões totalmente abertos, esgoto nas ruas e quintais, por exemplo.

Elainne descreve que a transmissão clássica da doença ocorre quando a população entra em contato com criadouros naturais do caramujo (rios, lagos e açudes) contaminados com fezes de pessoas infectadas, em atividades comuns na Zona Rural, como banhos de rio, lavar roupa e louças em águas sem tratamento ou usar esses recursos hídricos na irrigação agrícola. “No entanto, novos cenários de transmissão tem surgido nas últimas décadas a partir de processos migratórios de populações rurais para áreas urbanas, que estando infectadas acabam contaminando novos ambientes e iniciando novos ciclos de transmissão. Essa, diferentemente da clássica, ocorre quando os indivíduos transitam em ruas alagadas na presença de criadouros temporários de caramujos, caracterizando a transmissão urbana da doença”, explica.

“A gente tem tudo, no Brasil, para erradicar a esquistossomose, porque existe uma cobertura assistencial de atenção básica muito boa”, pondera. Segundo a pesquisadora, o que falta é, ainda, atenção à questão ambiental. “Mesmo que eu trate este indivíduo, ele vai voltar para a sua casa, que é uma área sem cobertura sanitária, e vai entrar novamente em contato com o ambiente insalubre em que há a presença do caramujo e em que existem outros indivíduos doentes. Então, é possível que ele venha a se reinfectar”. Para ela, “a bala de prata” do controle da esquistossomose é o saneamento básico, que resolveria o problema dessa e de muitas outras doenças, associadas à precária condição sanitária ainda presenciada em muitos lugares do Brasil.

No trabalho em Vigilância em Zoonoses, a equipe que Marcos Paulo coordena faz o mapeamento do município em relação à questão de áreas vulneráveis, da própria falta do saneamento básico, do abastecimento adequado e da potabilidade da água. A equipe realiza busca ativa em relação ao vetor, tanto o caramujo aquático *Biomphalaria*, que transmite a esquistossomose, quanto de outros, como o *Achatina fulica*, conhecido como caramujo africano, que é vetor de outras doenças. “A gente faz todo o trabalho de prevenção, orientação junto à população e controle da população desses animais”, descreve.

Para o biólogo — que foi quem sugeriu esta pauta para a *Radis*, em nossa sessão Voz do Leitor —, o trabalho de educação em saúde tem que ser constante. “Para haver uma mudança de cenário, é preciso sensibilizar tanto a população que vive em uma área vulnerável quanto os órgãos competentes”. Segundo ele, esse “elo de conscientização” para que a população evite esse tipo de contato ainda é um desafio. “Em alguns locais, é uma realidade muito próxima do cotidiano. Mas trabalhamos bastante a questão da orientação.” Para Marcos Paulo, a população precisa “vestir a camisa” e compreender a importância da prevenção e da educação em saúde. “As pessoas precisam se sensibilizar e assim criar uma consciência de que é fundamental a participação nos cuidados em saúde”, conclui. 

■ Estágio supervisionado

# JULIANO MOREIRA, UM HOMEM À FRENTE DE SEU TEMPO

Médico negro foi pioneiro na psiquiatria brasileira e na luta contra teorias racistas

ADRIANO DE LAVOR

---

Um menino negro e pobre da Bahia que se torna um dos mais importantes nomes da ciência brasileira, com contribuições inúmeras para a saúde. Este foi Juliano Moreira, considerado fundador da psiquiatria brasileira, cujo nome é homenageado em diferentes instituições de saúde no país, mas que continua desconhecido de boa parte das pessoas. *Radis* ouviu os autores de dois livros sobre o cientista, Ronaldo Jacobina e Ynaê Lopes dos Santos, sobre a vasta produção de Juliano, que viveu entre 1872 e 1933. Ele não somente contestou cientificamente a teoria da degenerescência racial — que, em sua época, associava doenças à mistura de raças — como deixou inúmeras outras contribuições para o campo da Medicina, como o estudo da sífilis — sua tese de formatura, defendida aos 18 anos, até hoje é uma referência no assunto — e o pioneirismo na divulgação científica, entre outras áreas. Acima de tudo, foi um terapeuta do afeto.

Ele atendeu ao telefone já empolgado, como se recebesse o chamado de um velho amigo. “Eu já esperava sua ligação”, disse do outro lado da linha. Era a primeira vez que eu falava com o professor Ronaldo Jacobina, mas sua acolhida calorosa já antecipava a boa conversa que viria pela frente. Diante da atribuição de escrever um perfil do sanitarista Juliano Moreira (1872-1933), seu nome me foi recomendado pelo seu amigo Paulo Amarante, que foi seu orientador no curso de doutorado que fez na Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz).

Quando eu o procurei para falar sobre Juliano, Paulo imediatamente me disse que eu tinha que ouvir o Ronaldo, que além de ser um grande entusiasta da sua história, havia escrito um livro sobre ele. Acatei a sugestão e liguei para o pesquisador baiano, mesmo antes de pesquisar sobre seu livro. Quem é jornalista sabe como é: não se perde uma fonte boa assim; melhor garantir a conversa, ainda mais quando se trata de um pesquisador, com mil e uma ocupações. A primeira ligação seria para marcar a conversa, mas Ronaldo me mostrou que não era dado a protocolos e já começou a falar sobre Juliano. Pedi a ele um tempo para me preparar e disse que retornaria em meia hora. Ele riu, assentiu e me lançou um teaser irresistível: “Meu livro tem seis descobertas originais! Aguardo seu retorno!”

Antes de perder o fio da meada, permitam-me apresentar meu interlocutor. Ronaldo Jacobina é professor titular aposentado do Departamento de Saúde Preventiva e Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA), mesma universidade onde concluiu a graduação em Medicina, em 1978, e o mestrado em Saúde Comunitária, em 1982. Além de sanitarista, ele também é psiquiatra, tendo atuado como servidor público no Centro de Saúde Mental Aristides Novis e no Sanatório São Paulo, em Salvador, e comunicador — entre 1992 e 1997, esteve à frente do programa Rádio Saúde, na Rádio Excelsior da Bahia.

No curso de mestrado, Ronaldo pesquisou a constituição da psiquiatria na Bahia a partir do Asilo São João de Deus — que anos depois, viria se tornar o Hospital Juliano Moreira, tema para o qual se voltou no doutorado, concluído em 2001. Foi neste período que ele resolveu investigar a história do sanitarista. “Eu quis saber mais quem era o Juliano que nomeava o hospital. Foi uma viagem sem retorno”, explicou-me, animado. Ronaldo me lembrou, neste momento, que sua pesquisa foi construída a partir de muitas referências, uma delas a obra de Lima Barreto (1881-1922), em especial o romance inacabado Cemitério dos vivos, que se baseia no diário escrito entre 1919 e 1920, quando o autor esteve internado no hospício da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro.

Ao reler a obra, Ronaldo percebeu nas páginas do livro as impressões positivas de Lima acerca da bondade do psiquiatra baiano, que era diretor da instituição, e como este era um ponto fora da curva em seu tempo. Naquele período, posterior à abolição dos escravos e da instauração da República no país, seguia-se à risca por aqui as chamadas teorias raciais, importadas da Europa, que tentavam atribuir à miscigenação a responsabilidade pelas desigualdades, pela loucura e pela criminalidade.

“A mestiçagem era compreendida como responsável pela produção de um tipo híbrido, inferior física e

“ Removeu as grades, retirou as algemas que prendiam internos e instalou janelas que arejavam o ambiente; separou adultos de crianças. ”

intelectualmente”, situa a psicóloga Audrey Rossi Weyler. No artigo que escreveu para o dossiê Psicologia e Ideologia — O Preconceito Racial, publicado na revista Psicologia USP, a pesquisadora explica que, tomada como sinônimo de degeneração não só racial como social, era a partir da miscigenação que se previa a loucura, se entendia a criminalidade e, posteriormente, se definiram programas de melhoramento da raça”. Juliano não só não acreditava nisso, como conseguiu comprovar cientificamente que a teoria era infundada.

#### **AINDA DESCONHECIDO?**

Voltando à nossa conversa, perguntei ao Ronaldo por que, diante de um currículo tão vasto e tão importante sanitarista permanecia desconhecido do grande público. Ele reconheceu que Juliano realmente ainda não tinha a visibilidade que merece. Disse-me que a despeito de o médico ter sido o responsável por democratizar a estrutura que humanizou o manicômio no Brasil, mesmo na Bahia muitas vezes seu nome ainda é lembrado como sinônimo de ameaça: “Eu vou levar você para o Juliano” — é uma expressão ainda usada para assustar alguém com a possibilidade de internação no hospital que leva o nome do sanitarista.

No livro que escreveu, Juliano Moreira da Bahia para o Mundo — A Formação Baiana do Intelectual de Múltiplos Talentos (1872-1902), lançado pela Editora da UFBA em 2019, Ronaldo apresenta a vida do cientista desde o nascimento, passando por sua formação intelectual até a sua ida ao Rio de Janeiro, quando “já estava pronto”, como gosta de dizer. São tantas as conquistas e as contribuições deixadas por ele para a saúde que, a cada pergunta que faço a Ronaldo, aparecem três ou quatro em sua resposta.

“Você sabia que ele foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Ciência?”, me indaga. “E que ele fez o discurso



MEMORIAL IM

de recepção ao Einstein, em 1925?” O pesquisador cita inúmeros exemplos: a classificação das doenças mentais feita por Juliano, me diz, inspirada na psiquiatria alemã, foi usada até anos 1960, no século seguinte; seu estudo sobre a paranoia foi um marco; foi ele o primeiro a introduzir laboratórios dentro de hospitais. Coisas que consideramos hoje banais, mas que sem Juliano não existiriam.

Mas, para Ronaldo, a contribuição “mais fascinante” de Juliano para a saúde mental foram as mudanças implementadas no asilo. Removeu as grades, retirou as algemas que prendiam internos e instalou janelas que arejavam o ambiente; separou adultos de crianças. O pesquisador citou, emocionado, uma foto que está em seu livro onde se vê Juliano e um grupo de crianças ao redor de um gramofone. “As crianças se alegravam com sua presença”, narrou o escritor, resumindo a atuação do biografado em uma palavra: Humanização. “Ele abominava a ideia de o hospital ser visto como prisão”, acentuou.

## PRECURSOR DA PSICANÁLISE

Outro dado original de seu livro, me conta Ronaldo, é mostrar que Juliano Moreira foi o primeiro pesquisador latino-americano a discutir a psicanálise. Segundo ele, como o brasileiro dominava a língua alemã, poucos meses depois de Freud lançar seus livros ele já discutia seu conteúdo no asilo São João de Deus, na Bahia: “Ele não foi psicanalista, mas foi sensível para entender a contribuição de Freud para a psiquiatria”. O sanitarista baiano também se destacou no

estudo da ainhum (também conhecida como doença de Silva Lima, causa alteração nos dedos do pé).

A versatilidade do cientista, comentou Ronaldo, é algo que se apresenta desde a sua formação. Seus primeiros estudos foram na área de dermatologia, onde teve trabalhos pioneiros sobre leishmaniose tegumentar americana e sífilis. Em se falando da sífilis, este foi o tema da famosa “tese inaugural” de Juliano, quando concluiu o curso de Medicina. Escrito quando o pesquisador tinha apenas 18 anos, o trabalho conta com citações em sete línguas — entre elas o latim —, foi traduzido em diversos países e se tornou referência internacional no estudo da doença. Foi a observação de um componente psiquiátrico da sífilis que abriu caminho para que Juliano se interessasse pelo estudo da saúde mental, observou o escritor.

Mas há outras facetas de Juliano que não são tão celebradas, chamou-me a atenção. Em mais uma descoberta original de sua obra, ele assinalou o perfil sanitarista de Juliano. Quando se formou, aos 19 anos, ele foi designado a debelar uma epidemia de malária, em uma região chamada Jacobina. “Você vê que os astros já haviam determinado sobre o que eu iria escrever, no futuro”, ri-se Ronaldo, ao constatar a coincidência com seu sobrenome. “Você imagina o vigor com que aquele jovem de 19 anos, filho de uma empregada doméstica, se dedicou à tarefa. Chegaram a desconfiar que ele estava gastando demais com remédios”, disse, entusiasmado. “Ele era um sanitarista, foi discípulo de Virchow [Rudolf Virchow, patologista alemão, considerado o pai da Medicina Social], assistiu às suas aulas, na Alemanha”, reforçou.

Mas para Ronaldo, embora múltiplas e inúmeras, a maior herança de Juliano Moreira é a contribuição que deixou para a saúde mental, e que anos depois foi resgatada pela Luta Antimanicomial. “O mais importante legado dele foi a orientação de não deixar que o hospital psiquiátrico se tornasse uma prisão”. Ele não aceitava que o doente mental fosse tratado de forma ameaçadora e era a favor de uma assistência que respeitasse o paciente como ser humano. “Quando você ler o Lima Barreto você vai ver que ele bate forte nos médicos da época, com aquela bazófia e aquela pose francesa. Quando chega o Juliano ele reconhece nele uma figura humana que o escuta, que atende suas demandas”, recomendou meu interlocutor. Segundo ele, é possível identificar a aproximação do escritor com Juliano em trechos de sua obra, muito em parte escrita graças à sua intervenção, fosse fornecendo lápis e papé is, fosse dando seu aval para que escrevesse. “Ele era reconhecido por sua bondade”, acentuou.

## VATAPÁ PARA EINSTEIN

Neste momento, interrompo Ronaldo e conto a ele que, enquanto conversamos, está em cartaz no Centro Cultural Banco do Brasil, no Rio de Janeiro, uma exposição em homenagem à psiquiatra Nise da Silveira (*Radis* 266), que registra a relação entre Juliano Moreira e Lima Barreto e onde pude ler uma frase de seu discípulo Afrânio Peixoto, que o define como “terapeuta do afeto”. Ele se mostra interessado e reafirma a postura humana de seu biografado, que no período em que convive com o escritor, já tinha prestígio e renome mundial. “Juliano não sabia que estava diante de um gênio

negro, que enfrentava o racismo e o preconceito racial, um homem culto sensível que narraria sua experiência de quando esteve internado”, pontuou. Mas, mesmo assim, dispensava a ele “a mesma simplicidade de quem senta, ouve e humaniza as relações”.

A esta altura, Juliano Moreira já havia feito inúmeras viagens ao exterior e recebido as mais altas honrarias em diferentes países. Segundo Ronaldo, ele coordenou e foi presidente de mais de 12 congressos internacionais, recebeu das mãos do imperador japonês a Ordem do Tesouro Sagrado, maior comenda do país, foi homenageado em várias universidades com medalhas científicas, mas continuava sendo o homem simples que fez questão de transferir a sala onde trabalhava para o andar térreo do hospital, onde poderia melhor atender as demandas de seus pacientes. Sua simplicidade, porém, não impediu que seu prestígio e sua formação fossem chancelados por um dos maiores cientistas do século 20, ninguém menos que o físico alemão Albert Einstein (1879-1955).

Quando visitou o Brasil, em 1925, Einstein foi recebido na Academia Brasileira de Ciências. Já era uma estrela mundial. Juliano, que era o presidente da ABC, fez um curto discurso de recepção ao convidado, destacando a influência da relatividade em várias áreas da ciência. Ronaldo contou que até hoje não teve acesso ao conteúdo da fala de Juliano, mas que supõe ter sido muito importante, já que a fala deixou Einstein impressionado. “Sabe o que aconteceu na véspera de ele ir embora do Brasil?”, indagou-me. “Quebrou o protocolo e aceitou o convite de Juliano para visitar o Hospital Nacional dos Alienados”. Em sua investigação, o escritor apurou que o cientista alemão ficou particularmente interessado no setor de laborterapia — a terapia pelo trabalho, outra inovação proposta por Juliano e que daria origem aos hospitais-colônia ou hospitais rurais.

Na ocasião, mais um protocolo foi quebrado, quando Einstein aceitou o convite para almoçar na casa de Juliano. Neste momento, o médico já estava casado com Augusta Peick, enfermeira alemã que conheceu durante sua estadia em um sanatório na cidade do Cairo, para tratar da tuberculose. “Você imagina que, sendo casado com uma alemã, ele serviria ao convidado uma comida alemã, mas ele oferece sabe o quê? Um vatapá, uma comida afro-baiana!”, diverte-se Ronaldo, contando-me que mais tarde, lendo a biografia do físico, descobriu que ele havia registrado ter comido “uma comida brasileira com muita pimenta”. “Eu desconfio que ele sentiu os efeitos”, ironizou, supondo que repercussão teria hoje, já que os jornais da época não deixaram barato e publicaram: “O pai da teoria da relatividade conheceu o absoluto: o vatapá”.

## RESERVADO E TRANSGRESSOR

O episódio curioso foi o mote para que Ronaldo destacasse que, a despeito do tratamento recebido por Juliano em sua terra natal, ele continuava amando a Bahia. “Ele saiu magoado da Bahia, que fechou os campi para ele, um reflexo do racismo deste país perverso”, contou, revelando que Juliano se mudou para o Rio de Janeiro mesmo antes de ser nomeado diretor do Hospital dos Alienados. Antes disso, ele montou um pequeno consultório em Botafogo, até ser nomeado por J.J. Seabra [então ministro de Viação e Obras Públicas]. “Seu amor pela terra continuava”, assinalou.

Neste momento, coloco ao meu interlocutor que percebo outra característica nos relatos e na obra de Juliano, para além de sua bondade. Digo a ele que o psiquiatra me parece um homem reservado e transgressor, ao mesmo



Presidente da Academia Brasileira de Ciências, Juliano Moreira recebe visita de Einstein em 1925



Juliano (ao centro), com o amigo Afrânio Peixoto (à direita), que mobilizou formandos da Faculdade de Medicina para impedir racismo em concurso

tempo. “Exatamente!”, diz-me empolgado. “De sua forma, educado e sutil, ele era um homem muito à frente do seu tempo”, defendeu, o que se comprova nos temas que elegeram pesquisar, nas mudanças que conseguiu implementar. “Daí a reforma que fez no manicômio. Era uma nova maneira de lidar e de olhar”, exemplificou. Para ele, Juliano foi um homem culto, de múltiplos talentos, que teve que enfrentar muitas adversidades, ressaltou.

“Preciso contar algo fundamental, porque deus está nos detalhes e o diabo nos pormenores”, me preparou Ronaldo. Ele lembrou que Juliano era filho de Galdina, empregada doméstica, e do português Manoel, funcionário municipal, que não o assume como filho de início. Galdina convida então o Barão de Itapuã, que era seu patrão, para ser padrinho de Juliano. O barão, na verdade Adriano Alves de Lima Gordilho, obstetra e professor da Faculdade de Medicina da Bahia, incentiva os estudos do menino, que se inspira no padrinho para seguir a carreira médica. “Pense aí nele, com 14 anos, negro, na escola mais elitista que existia, onde todos eram filhinhos de papai. Não sei nem se ele tinha algum colega negro”, relatou-me o escritor.

O impacto foi severo, no primeiro ano, e Juliano foi reprovado em física e obteve notas mínimas nas outras disciplinas; no segundo ano — Ronaldo explica que o curso não era semestral, naquela época — as suas notas foram básicas, até concluir sua tese com distinção e citações em sete línguas. “Acho interessante não romantizar a sua biografia, nem negar os fracassos que teve que enfrentar em sua história”, ressaltou, destacando que seu trabalho final foi citado por estudiosos no mundo todo, sem que soubessem que havia sido escrito por “um pivete da Bahia”.

Mesmo assim, Juliano ainda correu o risco de não ser aprovado, logo depois, no concurso que fez para professor

da mesma Faculdade de Medicina onde havia se formado. “Ele foi avisado que seria rifado no concurso, porque três dos examinadores eram racistas”. Sabendo disso, o amigo Afrânio Peixoto mobilizou os formandos para que fossem assisti-lo, já que as provas eram públicas e mesmo os exames escritos eram lidos.

Ronaldo se empolga ao me contar que os alunos explodiam em aplausos após as apresentações de Juliano, que obteve 15 notas 10 dos avaliadores. “Mesmo os escravocratas foram capazes de reconhecer o gênio e o aprovaram em primeiro lugar”, contou-me. Disse ainda que Juliano agradeceu “à mocidade acadêmica”, em uma fala em que critica: “Há quem receie que a cor da pele seja nuvem capaz de marear o brilho desta faculdade, mas o negror está na subserviência”, teria dito. “É como você me disse: ele é transgressor, educado, mas muito duro. você captou um dado fundamental dele”.

Encerrei a conversa feliz por ter conhecido Ronaldo, com muita vontade de ler o seu livro, e de saber mais sobre Juliano Moreira. Diante da conversa gravada, decidi relatar nossa conversa subvertendo o formato tradicional de entrevista, incluindo sensações e observações. Antes de escrever, no entanto, acatei a sugestão e tirei da estante o Lima Barreto esquecido. Ao folhear suas páginas, aleatoriamente o vejo descrever o primeiro encontro com o médico: “O diretor nada disse, e eu percebi; mas foi preciso ele vencer, com a sua doçura, a sua paciência e a simplicidade de sua alma, a indelicadeza desse seu hospitalizado. Hei de falar mais longamente sobre ele, que é uma interessante figura que conheci”.

Comecei então a escrever estas linhas, com a certeza de que são sobretudo os encontros os responsáveis pela boa saúde mental. Em silêncio, agradeço a Ronaldo, Juliano e Lima Barreto pela ótima conversa que tivemos.

YNAÊ LOPES DOS SANTOS

# “ JULIANO MOREIRA, UMA VOZ DISSONANTE ”

“Todo mundo já ouviu falar de Juliano Moreira, sobretudo quem é da área de história das ciências, da psicologia e da psiquiatria, mas geralmente não sabe nem que ele era um homem negro, nem a importância efetiva que ele teve na constituição do campo da psiquiatria no país”, observa a historiadora Ynaê Lopes dos Santos. Com o intuito de reparar este erro, a pesquisadora, professora da disciplina História da América no século 19, no Instituto de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), escreveu o livro *Juliano Moreira: O Médico Negro na Fundação da Psiquiatria Brasileira*, lançado em 2019 e disponibilizado gratuitamente no site da Eduff (<https://bit.ly/36RL93G>).

Mestre e doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), Ynaê mergulhou na história de Juliano com o interesse de registrar a vida de um dos mais importantes intelectuais do período republicano no país e acabou descobrindo um terapeuta do afeto, um homem reservado e comprometido que revolucionou a saúde mental, mas que no cotidiano também era reconhecido por sua extrema bondade. Nas palavras do escritor Lima Barreto, “um homem que conseguia ver e enxergar o indivíduo”, como revelou Ynaê, nesta entrevista por telefone.

Atualmente concentrada na escrita de um livro sobre a história do racismo no Brasil e na produção de uma pesquisa sobre intelectuais negros nas Américas, Ynaê partiu da vida e da obra de Juliano Moreira para também refletir sobre a atual situação do racismo no país. “Juliano Moreira é uma exceção, com sua história incrível e maravilhosa, mas é a confirmação de toda a negação. Tudo o que ele era, era negado aos homens negros, por serem homens negros. E isso não mudou, porque essa é a estrutura do racismo”.

**Em 2020 você lançou o livro *Juliano Moreira: O Médico Negro na Fundação da Psiquiatria Brasileira*. Por que decidiu biografar o Juliano?**

Quem me apresentou o Juliano Moreira foi minha mãe, há uns 15 anos. Ela trabalhava no Museu Afro-Brasil e eu ainda estava no mestrado. “Que história incrível!”, eu pensei. E fiquei com aquilo guardado na cabeça. Em 2015, a Capes abriu um edital sobre personagens da história republicana no Brasil. O livro é resultado da minha pesquisa individual, que está em um projeto sobre os personagens negros que fizeram parte da história da República Brasileira de uma forma bem central, mas que muitas vezes permanecem desconhecidos.

**No seu livro, você apresenta Juliano Moreira como um dos primeiros homens a apontar que a problemática racial no Brasil (e no mundo) foi e é uma questão social, e não biológica. Essa realidade persiste?**

De certa forma, sim. Juliano Moreira foi um homem negro que conseguiu ocupar um lugar de destaque na sociedade, se transformou num dos maiores cientistas do país — se não o maior — e também no diretor do maior hospício do país. Ele também foi responsável pela implementação das políticas públicas em relação às doenças mentais, ocupou um espaço de poder até a sua morte, mas curiosamente as análises que existem sobre ele geralmente não tocam nesse papel central que ele tem, de ser uma voz dissonante dentro da intelectualidade brasileira. Ele foi um intelectual, um cientista, que não só foi contrário à teoria da degenerescência racial, como comprovou sua teoria do ponto de vista científico. Ele antecipou, no final do século 19, questões que só seriam tratadas efetivamente na segunda e na terceira décadas do século 20. Ele era um homem do seu tempo, mas que fez uso deste duplo lugar, de homem negro e de alguém que conseguiu ocupar estes espaços, para pensar o mundo a partir de uma outra perspectiva — uma perspectiva que depois a ciência mostrou que é a correta. Só que, do ponto de vista sociológico, o racismo é uma realidade que nos estrutura e que está arraigada na falsa ideia de uma supremacia branca, que pode se dar tanto do ponto de vista biológico, como se acreditou durante muito tempo, como do ponto de vista cultural, social, dos ideais civilizatórios. Juliano também questionou isso dentro da própria ciência.

**Juliano Moreira foi precursor e seu trabalho influenciou muita gente, como Nise da Silveira. Você identifica hoje trabalhos ou abordagens, na área de Saúde Mental, que dão continuidade ao seu legado?**

A própria ideia da colônia, de pensar que as doenças mentais não se manifestam da mesma forma que outras doenças, que precisam de um cuidado específico, isso quem efetivamente implementa dentro do campo da ciência no Brasil é o Juliano Moreira, por meio da reforma que ele faz. Ele faz também uma distinção efetiva entre raça e as doenças, não atribui as doenças a raças, algo que muitos dos colegas dele faziam. Também é uma herança dele a ideia de que havia possibilidade de reinserção das pessoas com transtornos mentais na sociedade. O projeto das colônias parte desse pressuposto: há a possibilidade de uma reinserção, claro que diferenciada, mas a possibilidade de uma convivência social. Ele a propõe de uma forma um pouco mais controlada, porque também não podemos tirar o Juliano do seu tempo. Ele acreditava no higienismo, ele era um sanitarista. Mas, de certa forma, ele subverte essa lógica ao pontuar a necessidade do olhar cuidadoso com o indivíduo. Isso é algo que sempre chamou atenção das pessoas próximas a ele. Quando eu fui ler o que foi produzido sobre o Juliano Moreira na época do seu falecimento, as palavras que eu mais encontrei é que ele era um homem bom. Isso dito também pelos pares, como Afrânio Peixoto [médico, político e escritor (1876-1947)], que era um entusiasta dele, amigo próximo e discípulo. Ele formou toda uma escola de psiquiatria no Rio de Janeiro, homens que vão ocupar cargos importantes na implementação de

políticas públicas no Brasil nas décadas de 1930 e 1940. O Lima Barreto [jornalista e escritor carioca (1881-1922)], que foi interno mais de uma vez, chamou atenção para esse lado da bondade do Juliano Moreira, um homem que conseguia ver e enxergar o indivíduo.

**Na exposição A Revolução do Afeto, que está em cartaz no Rio de Janeiro (Radis 226), há uma frase do Afrânio Peixoto que define Juliano como “o terapeuta do afeto”...**

Concordo! Durante a reforma do prédio onde hoje é o Pinel, no campus da Praia Vermelha, no Rio Janeiro, ele abriu mão da sala da diretoria, que era suntuosa, e pegou uma sala pequena, no andar térreo, onde as portas estavam sempre abertas, para que os doentes não tivessem nenhum tipo de vergonha ou se sentissem impedidos de entrar em contato com ele. Ele era realmente do afeto, daquilo que realmente afeta, que transforma.

**Durante a sua pesquisa sobre a vida do Juliano, algo mais te chamou atenção em relação à personalidade dele? Algum caso curioso que ilustre como ele era e com quem convivia?**

Percebi que ele era um homem que circulava muito, que viajava muito, representava o Brasil numa série de congressos, mas eu quis privilegiar esse aspecto que curiosamente é um dos menos trabalhados, que é o lugar dele como questionador da teoria da degenerescência racial. Sobre isso, tem um caso muito curioso que é quando ele e o Nina Rodrigues — que havia sido professor dele — já eram professores da Faculdade de Medicina no Rio. O Juliano era recém-empossado e o Nina já era um homem de destaque no cenário nacional, um dos mais importantes médicos brasileiros. Eles entraram num embate sobre o caso de um rapaz diagnosticado com esquizofrenia, filho de uma mulher negra e de um italiano. Juliano não creditava à raça negra a condição da esquizofrenia, ao passo que o Nina era taxativo de que o rapaz havia herdado essa condição do tronco materno, negro, africano, “degenerado”. Juliano não aceitava. Neste período, ele viajou à Europa para se tratar da tuberculose e participar de congressos, quando mudou o roteiro e foi até à vila italiana de origem do pai desse rapaz esquizofrênico. Como era uma vila pequena, ele rapidamente identificou pelo sobrenome a família e observou que duas tias e um primo desse rapaz também tinham um quadro de esquizofrenia. Ele concluiu então que não era “a raça negra degenerada” que determinava a manifestação da esquizofrenia, mas que havia uma questão biológica. Eu gosto muito desse episódio porque mostra o lugar que o Juliano ocupa como voz dissonante dentro da própria ciência. Não era um historiador questionando, era um cientista que explicava que aquilo que as pessoas imaginavam ser racial era, na verdade, um construto social, que tinha uma história específica. Ele recorreu à história, às mazelas criadas pela escravidão no Brasil, para entender a condição do negro naquele momento no final do século 19 e começo do século 20 — uma perspectiva muito pouco utilizada na época.

**No livro você também destaca a contribuição que Juliano deu à área de divulgação científica, contribuindo com**



“Juliano entendeu as doenças mentais não só dos pontos de vista científico ou social, mas fez uma fusão entre eles. Ele foi um homem com uma análise conjuntural e sociológica das doenças e dos doentes, entendendo que o uso da ciência pode transformar a realidade.”

**inúmeros periódicos nacionais e internacionais, fundando publicações.**

Ele era um homem muito zeloso com a metodologia da ciência, mas ao mesmo tempo um grande difusor da ciência. De forma geral, e em parte entendo, os cientistas estão lá com as questões pautadas para o mundo em que eles vivem. Poucos se preocupam em fazer esse “meio de campo” e nós estamos pagando um preço caro por isso, que é justamente o negacionismo. O negacionismo está muito arraigado na profunda ignorância que as pessoas têm do que é a ciência, de como ela funciona, e o lugar que muitas vezes os cientistas ocupam é o de não contato com a população — ou de um contato muito hierarquizado.

**Juliano é mais conhecido por sua atuação na área da Saúde Mental, mas deixou inúmeras outras contribuições para a ciência. Que outras contribuições dele você destacaria?**


Juliano era um pesquisador multi, coisa que não existe mais no Brasil e nem no mundo! Eu destacaria a psicanálise. Quem introduziu os estudos de Freud no Brasil foi o Juliano Moreira. Também os estudos da sífilis. A tese que ele escreveu para poder se graduar como médico foi muito bem recebida — fora do Brasil, sobretudo —, onde ele já questionava a ideia de raça. Outra contribuição, sem sombra de dúvida, seria essa relação afetiva e afetuosa com a experiência das doenças mentais. Na verdade, ele entendeu as doenças mentais não só dos pontos de vista científico ou social, mas fez uma fusão entre eles. Ele foi um homem que fez uma análise conjuntural e sociológica das doenças e dos doentes, mas entendendo que o uso da ciência pode transformar a realidade.

**Você escreveu uma carta para o Juliano, onde revela sua curiosidade em saber qual seria a opinião dele, se vivesse os dias de hoje, sobre as “insanidades desse mundo”. Você o questiona se a loucura seria chave para explicar esta realidade atual ou seria “mais uma desculpa para acobertar aquilo que sabemos que nos estrutura há tanto tempo”. Você imagina que resposta o Juliano te daria?**

Ele escolheria a segunda opção, sem dúvida. Juliano sabia que a loucura é só uma desculpa para acobertar o que a gente conhece e sabe que está aí, que é o racismo. Ele era um homem tão perspicaz que ele sabia disso, falava sobre isso do ponto

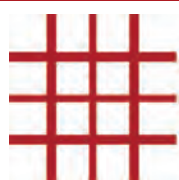
de vista científico, mas não entrou num confronto aberto como seus pares; por outro lado, ele trouxe essas questões para o seu cotidiano e conseguiu implementar mudanças significativas que só um homem que pensa como ele poderia implementar; ele soube como fazer o jogo, porque entendia como se estruturava o racismo. Ele era um homem negro! E acho que esse lugar muitas vezes é retirado da população negra, sobretudo daqueles que constroem os lugares na intelectualidade, impedindo a possibilidade de olhar de forma muito mais crítica para a realidade brasileira, justamente por estar nesse lugar da discriminação.

**Juliano poderia representar o que as mídias hoje apresentam como uma “história de superação”, muitas vezes usada para negar a existência das desigualdades e da exclusão. Você concorda com isso?**

Eu vou fazer uso do bom e velho ditado popular: às exceções confirmam as regras. Juliano Moreira é uma exceção, com sua história incrível e maravilhosa, mas é a confirmação de toda a negação. Tudo o que ele era, era negado aos homens negros, por serem homens negros. E isso não mudou, porque essa é a estrutura do racismo. Só que hoje isso ganhou as mídias digitais. A gente observa hoje é que algumas personalidades são “eleitas” e têm uma voz ativa contra o racismo, mas de certa maneira essas pessoas estão dentro da própria lógica racista. Isso é uma coisa perversa, porque você também tem que se fazer ouvir, então é um jogo que tem que ser jogado. Nós vivemos uma estrutura racista e não há outra alternativa. A gente tem que construir uma alternativa, mas por enquanto não há nenhuma outra. Eu entendo muito essas personalidades, que têm uma ação destacada, mas o debate tem que ser estrutural. O racismo é um jogo de poder que cria uma série de ônus para a população negra e para as populações indígenas ou não brancas, e bônus para as populações brancas. O que a gente precisa entender é essa outra parte; o racismo aparece como um problema do negro, mas é problema de todo mundo. A questão é que quem sofre com racismo são os negros, e sofrem porque os brancos ganham com isso, mesmo não tendo consciência. Tem quem tenha essa consciência, e tem quem não tenha. Por isso é tão difícil ser antirracista, porque ser antirracista é ser contra o sistema, é ser contra a ideia de norma, daquilo que a gente entende como normal. 

## 100 ANOS DO MESTRE DA EDUCAÇÃO

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) é uma das entidades no Brasil envolvida na organização dos eventos comemorativos relacionados ao centenário de nascimento de Paulo Freire. Em uma plataforma colaborativa virtual, estão disponíveis as atividades previstas da Jornada latino-americana de luta em defesa da educação pública, gratuita, laica e emancipadora, contra a mercantilização e privatização, convocada pela Internacional da Educação para América Latina (IEAL) e pela Rede Latino-Americana de Estudos sobre o Trabalho Docente (Red Estrado), em 2017. Entre lançamentos de livros e aulas gratuitas em todo o continente, os eventos virtuais mais importantes estão marcados para acontecer nos dias 19 e 20 de setembro de 2021. Para acessar a plataforma: <https://fnpe.com.br/centenariopaulofreire/>



MEMORIAL DA  
RESISTÊNCIA  
DE SÃO PAULO

### PAREDE DA MEMÓRIA

O Memorial da Resistência de São Paulo, que reúne um acervo único com memórias da repressão e da resistência política dos tempos da ditadura no Brasil, ganhou também um acervo digital. A plataforma reúne fontes materiais, documentais e bibliográficas, com fotos, vídeos e textos. Na seção Lugares da Memória, é possível conhecer um inventário de 186 locais vinculados a eventos do período. E como parte do programa Coleta Regular de Testemunhos, o site disponibiliza 155 vídeos curtos com depoimentos de ex-presos e perseguidos políticos. Para que jamais se esqueça. Para que nunca mais aconteça. Visite: <http://memorialdaresistencia.org.br/acervo/>.

SAÚDE  
SEM MÁSCARA

### SAÚDE SEM MÁSCARA

Está disponível gratuitamente no YouTube o documentário Saúde sem máscara, produto da pesquisa Monitoramento da saúde, acesso a EPIs de técnicos de enfermagem, agentes de combate às endemias, enfermeiros, médicos e psicólogos, no município do Rio de Janeiro em tempos de covid-19, coordenada pelas pesquisadoras Mariana Nogueira, Leticia Batista e Regimarina Reis, da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz). Dirigido e roteirizado por Renato Prata Biar, o filme intercala relatos emocionantes de trabalhadores do SUS sobre as condições de trabalho durante a crise de covid-19 e apresenta números sobre a pandemia no Brasil. Assista em <https://www.youtube.com/watch?v=NBtJl8nsN5I>

### GUIA DE ATIVIDADE FÍSICA

Produzido por um grupo de pesquisadores de dezenas de universidades brasileiras e representantes do poder público, o Guia de Atividade Física para a População Brasileira foi elaborado em oito capítulos, que apresentam conceitos e contextos relacionados à atividade física, bem como recomendações organizadas para grupos específicos e ciclos de vida. O documento também inclui um conjunto de recomendações para gestores e profissionais da saúde, com ações para difusão, implementação e monitoramento a partir do guia, contextualizando seu uso para a atuação baseada nos princípios do SUS. O guia está disponível em <https://www.rbafs.org.br/RBAFS/article/view/14687>.



# COMUNICAÇÃO, AIDS E COVID-19: PONTOS EM COMUM E LIÇÕES APRENDIDAS

LIANDRO LINDNER\*

A história das últimas quatro décadas da pandemia da aids tem mostrado que, na medida em que as populações mais vulneráveis e as pessoas vivendo com HIV/aids passaram a ser chamadas para contribuírem na elaboração de ações comunicacionais, maior foi a sintonia entre estes públicos específicos e a mensagem transmitida.

A urgência dos primeiros anos do advento da aids se parece muito com o início da pandemia da covid, em 2020. As mensagens de orientação impositiva, geralmente passadas por médicos, visavam criar uma certa tensão entre a população e, a partir disto, uma adesão às diretrizes de cuidados. Igualmente a responsabilização das pessoas, secundarizando — de forma explícita ou tácita, a responsabilidade do Estado — parece estar presente nas duas frentes. No entanto, na medida em que foram inseridas nas ações comunicacionais pessoas atingidas pelo coronavírus que conseguiram superar esta dificuldade, as mensagens saem de um tom técnico e amedrontador e migram para um lado mais emocional, despertando a empatia e apresentando a cura como uma recompensa de resistência na maratona de tratamento.

Fica nítido que somente com a organização das pessoas atingidas pelas doenças, suas vozes passam a ser percebidas, tanto nas diversas mídias como nas estratégias de comunicação estatal. Embora pessoas que vivem com aids tenham fundamental presença desde o início da epidemia do HIV, somente após a organização destes grupos nas diversas redes que se construíram mensagens mais humanizadoras e com lugar de fala autêntico. Com a covid, tal ponto se repete, pois as novas organizações criadas, regionais ou nacionais, vão abrindo brechas na mídia para que a voz dos atingidos seja ouvida.

Antes do início da pandemia já se observava um crescimento grande de ações via redes sociais virtuais ou plataformas de vídeo e áudio, que passaram a abarcar iniciativas de comunicação e saúde. Embora tenham sua importância por atingirem um determinado público, há que se pensar neste fenômeno com certo critério crítico, não limitando as ações exclusivamente a estas estratégias, mas tornando-as interrelacionadas às outras mídias que a etapa de concepção destas iniciativas apontarem.

Segundo o IBGE (2020), 20% dos brasileiros não têm acesso à internet por não possuírem aparelho compatível ou não terem condições de bancar o custo do serviço. Na área rural da região Norte, por exemplo, somente 38,4% de pessoas têm este acesso. Em termos de grupo percentual etário mais relevante, nacionalmente se encontram os jovens de 20 a 24 anos, com 88,4%.

A realidade da interiorização das duas pandemias exige que se pense além do básico, incorporando formas e linguagem próprias das populações distantes das regiões metropolitanas, além da utilização de veículos localmente conhecidos e com credibilidade e forte presença nas cidades interioranas.

Os dados também revelam, o que já parecia evidente: o público jovem concentra o maior acesso. Neste caso, os obstáculos a serem transpostos não se dão na forma de aproximação deste grupo social, mas na forma pela qual a mensagem será passada. Parece, intuitivamente, que a grande maioria dos jovens buscam na internet atividades relacionadas a questões prazerosas. Então inserir mensagens de prevenção e cuidados de saúde se torna uma disputa entre estas apresentações. Assim, a busca de ações criativas se faz necessário como forma de destacar a mensagem em meio a tantas outras, mais consumidas por esta faixa de público.

Com o avanço de medidas que tentam desqualificar a formação dos comunicadores sociais, com qualquer um se achando capaz de repassar informações e, principalmente, emitir opiniões sobre todos os temas, o desafio cresce imensamente. Os programas de TV popularescos, em que o sangue escorre nas telas, revelam isto: sensacionalismo e sadismo na tela, diariamente. Não raro, pessoas acometidas pelo HIV foram alvo de chacota e desprezo por estes “comunicadores”, assim como a naturalização do sofrimento e da morte das pessoas com covid foi ridicularizado em rede nacional, inclusive por autoridades, provando que o combate à desinformação, ao preconceito e às fake news também é parte do ativismo de todos nós.

■ Liandro Lindner é jornalista e professor universitário. Doutor em Ciência (FSP/USP), mestre em Comunicação e Informação em Saúde (Icict/Fiocruz)



NOSSA  
HISTÓRIA  
NÃO  
COMEÇA  
EM 1988

MOBILIZAÇÃO NACIONAL INDÍGENA

**LUTANDA**  
PELA